RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

SantoAntônio ENERGIA

Santo Antônio Energia S.A.

CNPJ 09.391.823/0001-60

Mensagem da ADMINISTRAÇÃO

Somos 10+

2022 FOI MARCADO PELOS 10 ANOS DE GERAÇÃO E PELOS NOVOS RUMOS DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA

O ano de 2022 foi marcado pela comemoração dos dez anos de geração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia, com o marco de mais de 136 milhões de Megawatts-hora gerados desde o dia 30 de março de 2012, quando as duas primeiras turbinas, do total de 50, entraram em operação comercial.

Uma singela e emocionante celebração marcou a data, com a visitação de convidados especiais na usina. Acionistas, conselheiros, representantes do poder público, poder concedente e agentes regulatórios puderam ver de perto o trabalho realizado por um time comprometido e dedicado, e a beleza de uma grandiosa obra de engenharia no potente rio Madeira.

A geração de energia nestes dez anos possibilitou o pagamento de royalties de mais de R$ 762 milhões. Vale frisar ainda que durante todo este tempo e com todos os investimentos em tecnologia feitos desde a época de construção da usina até os dias atuais, nunca foi registrada qualquer anormalidade que comprometesse a segurança da barragem da hidrelétrica.

Durante 2022, as vazões observadas no Rio Madeira foram inferiores às de 2021, mesmo assim a geração foi superior em diversos meses. A Santo Antônio Energia (SAE) continuou como a quarta maior geração hidrelétrica do Brasil, porém no ano de 2022 registrou 17.690,87 GWh representando queda de geração de 2,5% em relação ao ano anterior.

Mesmo em um ano com condições hidrológicas muito favoráveis no Brasil, mantendo o armazenamento dos reservatórios superiores ao ano anterior, a geração térmica e de fontes intermitentes causou a degradação do Generation Scaling Factor (GSF) que registrou fator de 84,5%, impactando no patamar ideal de 100%. Por outro lado, as mesmas condições favoráveis de chuva e de armazenamento reduziram o Preço médio de Liquidação das Diferenças (PLD) para R$ 59,00/MWh, atenuando o custo da Companhia nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que somado ao efeito das compras de hedge e das demais operações de energia, impactaram o caixa da Companhia em menos R$ 771 milhões.

O segundo semestre de 2022 foi marcado por uma redução do IPCA, índice que atualiza o custo da dívida. Mesmo assim, o índice acumulado ficou bem acima do que previa o Banco Central (5,79% vs. 3,5%), condição que representou um impacto adicional de mais R$ 290 milhões no custo financeiro da dívida, em relação ao que se estimava no Plano de Negócios 2022-2026.

A Santo Antônio Energia, até o mês de junho de 2022, fez parte do programa de standstill do BNDES, uma medida de suspensão temporária de cobrança de dívidas que beneficiou as hidrelétricas com capacidade instalada acima de 50MW.

Mitigando os efeitos da crise hídrica, a medida representou para a SAE R$ 857 milhões em postergações pelo período de sete meses. O alívio financeiro trouxe maior liquidez ao caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2022 com Caixa Livre disponível de R$ 914,6 milhões. Como previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, todo e qualquer Caixa Livre que exceder o montante de R$ 378,4 milhões, deve ser destinado a Amortização Extraordinária Obrigatória (Cash Sweep). Sendo assim, no dia 15 de fevereiro de 2023 a SAE realizou uma amortização extraordinária ao BNDES FINEM no valor de R$ 536,2 milhões.

Arbitragem - Em 30 de novembro de 2015, foi iniciado perante a Câmara de Comércio Internacional um procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio, composto pelas construtoras e fornecedoras de equipamentos, para dirimir dúvidas relativas ao contrato de construção da UHE, sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato.

Em 7 de fevereiro de 2022 foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Santo Antônio Energia. A perda da Arbitragem representou impactos significativos à Companhia, sendo R$ 183 milhões no ativo imobilizado pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE. Além de R$ 1,7 bilhão no resultado de 2022 devido à perda do ativo financeiro (dispêndios reembolsáveis) e ao pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE. Já o impacto no caixa, pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais, foi de R$ 1,5 bilhão. Em 12 de setembro de 2022 a arbitragem foi encerrada.

Para realizar o pagamento da arbitragem, a Companhia contou com aporte de acionista, que se deu pelo aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora realizada em 29 de abril de 2022, no valor de até R$1,58 bilhão, mediante a emissão de 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A integralização do capital foi realizada em sua totalidade pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$681,4 milhões e R$901,2 milhões, respectivamente.

Ainda no ano de 2022 ocorreram as revisões da garantia física da usina e das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio. A partir de 1º de janeiro de 2023 a garantia física passou a ser de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022) e o novo Índice de Disponibilidade de Referência passou a ser de 94,761% versus 99,5%.

A revisão do índice de disponibilidade de referência proporcionará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio.

Uma empresa ESG - A Santo Antônio Energia marca o ano de 2022 com uma nova visão de sustentabilidade, cada vez mais estruturada no contexto das melhores práticas ambientais, sociais e de governança, em alinhamento com a tendência global ESG.

Com um histórico de mais de R$ 2,5 bilhões de investimentos em programas socioambientais em Porto Velho e região, a Santo Antônio Energia foi reconhecida com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, na categoria "Empresa na Amazônia", por seus investimentos em projetos de sustentabilidade, além das parcerias para desenvolvimento socioeconômico da região. A Premiação certifica as ações de empresas instaladas na região que equilibram seus negócios com o fortalecimento das cadeias produtivas locais e o desenvolvimento sustentável.

Ainda com um olhar cada vez mais voltado para uma Amazônia sustentável, em 2022 foi estabelecida a parceria da Companhia com o Centro de Estudos Rio Terra e o Instituto Amazônia+21 para a criação do primeiro Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia (CBCA). O objetivo do CBCA é estimular o desenvolvimento econômico sustentável na região do Alto Rio Madeira, com ações de conservação e reflorestamento, laboratórios de pesquisa, criação de biofábrica e de viveiro com capacidade para produzir até dois milhões de mudas por ano.

O CBCA está sendo instalado em uma área de cerca de mil hectares nos arredores do reservatório da Hidrelétrica Santo Antônio, entre as comunidades da Vila Betel e Vila Nova de Teotônio. O terreno integra a Área de Preservação Permanente do reservatório da usina e foi cedido por um período de 25 anos, com fim exclusivo de instalação e operação do Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia. O início do trabalho de reflorestamento já começou. Em 2022 foram plantadas 400 mil mudas em uma parte do terreno.

Em um trabalho desenvolvido com apoio da consultoria que utilizou a ferramenta EY ESG Navigator e benchmarking com 8 empresas de referência no setor elétrico, a SAE pôde avaliar o seu nível de maturidade nos aspectos ESG. A nota da SAE foi de 3,73, considerando a nota máxima de 5 pontos, com práticas em "estado avançado" ou "líder de prática".

A partir deste resultado, foi elaborado de um Plano de Ação ESG para aprimoramento das práticas, que deverá ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador.

Reforçando seu compromisso de combater todas as formas de corrupção, como empresa integrante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a Santo Antônio Energia avançou também em relação ao ODS16 aderindo ao Movimento Transparência 100%.

O Comitê de Diversidade da Companhia vêm trazendo como seu principal propósito combater a desigualdade de gênero. Hoje 37% da liderança da SAE é de mulheres e ainda temos 39% dos aprendizes de técnico de eletroeletrônica e 52% dos nossos estagiários do sexo feminino.

Internamente, a atuação responsável da Companhia para lidar com a pandemia da COVID-19 garantiu que encerrássemos o ano de 2022 com 100% dos nossos integrantes vacinados e 97% dos empregados dos fornecedores parceiros que atuam na usina.

O ano foi marcado também pelo retorno do programa Alta Voltagem, um programa de geração de ideias com foco em inovação e melhoria contínua de operação. Cerca de 65 ideias foram apresentadas e estão sendo avaliadas por um comitê técnico para que entrem em implantação, com reconhecimento para os integrantes que trouxessem soluções para melhorar a eficiência da operação da usina ou dos processos administrativos.

O ano de 2022 foi de desafios e de conquistas, mas são características marcantes da Santo Antônio Energia a superação, a resiliência e o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região onde atua. Agora sob novo controle acionário, está em andamento um plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany*. A Companhia continuará atenta aos desafios futuros com o mesmo compromisso e com a certeza de que é uma empresa fundamental para o setor de energia e para o Brasil, e financeiramente sustentável no longo prazo.

Nosso Negócio: ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, uma das cinco maiores obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil. A construção foi iniciada em janeiro de 2008 e está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física ao fim de 2022, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo "Bulbo" - que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d'água.

Sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2008, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 4 meses, passando para 17 de outubro de 2047.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (525 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.

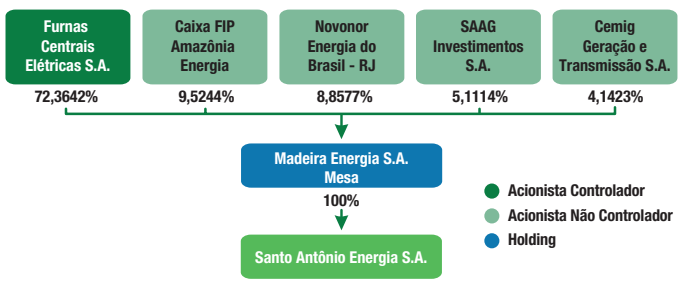
Composição ACIONÁRIA

A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S/A - MESA, que detém 100% do seu capital total.

Devido aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI21.511 ASM, foi aprovado um aumento de capital da MESA no valor de até R$ 1,58 bilhão, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2022.

A integralização do capital na MESA foi realizada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$ 681,4 milhões e R$ 901,2 milhões, respectivamente.

Após subscrito e integralizado, o capital social da MESA é de R$11,3 bilhões dividido em 18.591.936.512 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo a seguinte composição acionária:



Conjuntura ECONÔMICA

O ano de 2022 foi marcado pelo "fim" da fase mais dura da crise sanitária que tomou o mundo nos últimos três anos, a COVID-19. O resultado da atividade econômica estimado para 2022 conta com a contribuição positiva da agroindústria, indústria e principalmente dos serviços, que continuam sendo o principal motor da economia. O crescimento previsto do PIB de 2022 será de 3,1% e a projeção para 2023 é estimada em 1,4%.

Em razão das incertezas do cenário mundial e interno, especialmente considerando a existência do conflito entre Rússia e Ucrânia, a crise energética na Europa, políticas monetárias contracionistas ao redor do mundo e a própria política econômica a ser implementada pelo novo governo brasileiro, o real deve permanecer depreciado com projeção de R$ 5,30/US$ em 2023.

A inflação em 2022 foi de 5,79%, uma redução ao ser comparada com a de 2021, isso ocorreu, pois, a partir do segundo semestre de 2022 aconteceu uma combinação entre temores de recessão que baixaram o preço do petróleo no exterior, alta de juros e desonerações federais e estaduais sobre o preço dos combustíveis. A inflação esperada para 2023 gira em torno de 5,36%. Índices muito acima dos centros das metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central: 3,50% e 3,25%, para 2022 e 2023, respectivamente. Cabe destacar que esse índice, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas e de seus contratos de financiamento (BNDES Finem).

No combate à alta da inflação, o COPOM (Comitê de Política Monetária) sinalizou que seguirá na estratégia de aperto monetário até que haja consolidação, tanto do processo de desinflação, quanto da ancoragem das expectativas em torno das metas. Dessa forma, a projeção da taxa SELIC tem previsão de fim do ciclo de aumento em 13,75% ao fim do primeiro trimestre de 2023 e manutenção da taxa ao longo do ano.

Em 2022 o regime das chuvas favorável ajudou a recuperar os reservatórios do país, que atingiram os melhores níveis em 10 anos, sendo assim, em 2023 o risco hidrológico deve diminuir, o que favorecerá as geradoras hídricas, que devido a geração espera-se ser menos impactadas pela compra de energia para o hedge do risco hidrológico.

Setor Elétrico e REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado por um período de forte inversão hidrológica, onde houve o rompimento de um ciclo de baixas precipitações que se alongava há alguns anos. Com a intensidade do período úmido referente ao ciclo 2021-2022, foi possível recuperar os níveis de armazenamento dos reservatórios das principais bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN). A conjuntura de um cenário hidrológico favorável associado à elevada expansão da geração solar e eólica foi responsável pela manutenção do preço da energia em patamares muito baixos durante todo o ano.

Ao passo em que o cenário hidrológico contribuía positivamente para o sistema, ainda assim foi necessário um despacho térmico adicional até meados de abril, em virtude de um decreto promulgado pela CREG - Resolução nº 3 - que implementou a bandeira da escassez hídrica até meados de abril/22. Dessa forma, o despacho por segurança energética contribuiu para que o período de replecionamento dos reservatórios fosse atendido de forma plena e trouxesse maior segurança ao sistema. Não obstante a melhora das condições hidrológicas, o fato de haver geração térmica fora de mérito e geração das fontes intermitentes deslocou a geração hidráulica ao longo do ano, degradando o GSF, de forma a penalizar o gerador hidráulico mesmo em um contexto de preços muito baixos. A melhora das condições hídricas, do nível de armazenamento nos reservatórios e do enfraquecimento do aumento do consumo, provocou redução significativa do PLD em 2022, quando comparado ao PLD de 2021. O GSF, apesar da expressiva melhora quando comparado com 2021, ainda permaneceu em níveis aquém da boa hidrologia observada, como segue:

Média do PLD (R$/MWh) – Preço de Liquidação das Diferenças			Média do GSF – *Generation Scaling Factor*		
2021		2022	2021		2022
280	X	59	75%	X	85%

AFASTAMENTO DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Em 2022 destaca-se a conclusão do processo que resultou no afastamento do período de transição considerado no cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transição - TUST da UHE Santo Antônio. O projeto original da UHE Santo Antônio teve suas TUSTs estabelecidas com base na REN 267/2007, que definiu os valores de TUSTs por 10 ciclos, sendo o último o ciclo 2020/2021. Ocorre que, com a edição da REN 559/2013, a ANEEL havia fixado um período de transição para aplicação da nova tarifa após o fim do último ciclo da estabilização, em divergência com o Edital da UHE Santo Antônio. Na prática, o período de transição editado pela Agência prorrogava por mais dois ciclos tarifários um percentual do valor da TUST estabilizada, que, por consequência, acarretaria custos extraordinários à Companhia, visto que, além de implicar em modificação de alocação de riscos do leilão, violaria também o equilíbrio da contratação.

Assim, após manifestação da Companhia, instrução de processo pela Agência e realização de Consulta Pública, a ANEEL, por meio da REN ANEEL N° 1.021/2022 afastou a regra de transição para todos os agentes de geração que tiveram suas TUSTs estabelecidas com base na REN 267/2007. Com isso, a Santo Antônio Energia assegurou seu direito e afastou o período de transição da TUST, tendo a aplicação integral da nova tarifa estabelecida no ciclo 2020/2021, evitando um custo extraordinário de R$ 450 Milhões.

REVISÃO ORDINÁRIA DE GARANTIA FÍSICA

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 02/12, a Portaria MME 709/2022 divulgando o resultado do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física (ROGF) que define os valores de Garantia Física (GF) das usinas hidrelétricas despachadas a vigorar a partir de janeiro/2023. O novo valor da Garantia Física da UHE Santo Antônio é de 2.313,3 MW médios, (redução de 110,9 MW médios).

Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Inicialmente, na abertura da CP, sob a alegação de que a usina não possuía 60 meses de operação após completa motorização, na data de 31/12/2021, critério regulatório por eles definidos, o MME/EPE não classificou a UHE Santo Antônio como elegível a revisar as referidas taxas, mantendo-se os valores estabelecidos na época do edital do leilão da UHE Santo Antônio, como sendo de 0,5% de TEIF e 0,0% de TEIP. Tal questão, foi revertida junto ao MME após a Companhia ter encaminhado contribuição no âmbito da Consulta Pública MME 132/2022 e realizado reuniões com equipe técnica do Ministério. A contribuição demonstrou que, alternativamente ao critério dos 60 meses de operação após completa motorização, a UHE Santo Antônio se enquadrava no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022, de tal sorte que, o novo Índice de Disponibilidade de Referência será de 94,761% a partir de janeiro de 2023, versus 99,5% vigente até o final de 2022.

Usina Hidrelétrica (UHE)	TEIF (%)	IP (%)	ROGF de 2022 Garantia Física de Energia Revista (MW médios)	ID de Referência (%)
Santo Antônio	1,591	3,707	2.313,30	94,761%

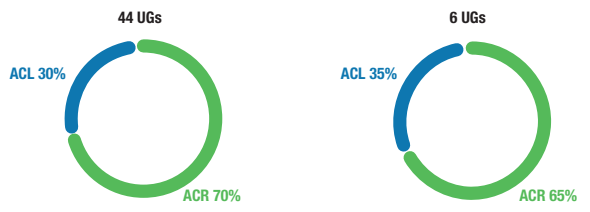
A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio.

Desempenho da Companhia

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no exercício de 2022, receita operacional líquida de R$ 4.137 milhões, alta de 10% ou R$ 379 milhões maior em relação ao mesmo período de 2021 (R$ 3.758 milhões), devido ao reajuste das tarifas.

A garantia física foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (ACL), conforme abertura a seguir:



CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais do período apresentaram um aumento de 51%, passando de R$ 2.264 milhões para R$ 3.426 milhões, principalmente impactados pela decisão da arbitragem junto ao CCSA em 2022, pelo ressarcimento do GSF histórico em 2021 e pela reversão da provisão dos encargos setorias (TUST). Se desconsiderados esses efeitos, os custos do período seriam de R$ 2.790 milhões, 12% menores que o mesmo período do ano anterior.

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

SantoAntônio ENERGIA

continuação

R$ MM	2022	2021	Var.	Var.%
CCEE/Energia Comprada	(771)	(957)	186	-19%
Encargos Setoriais	(1028)	(1.179)	151	-13%
Pessoal	(76)	(75)	(1)	1%
Material	(25)	(12)	(13)	104%
Depreciação e amortização	(848)	(841)	(7)	1%
Serv. de terceiros/Outros	(43)	(91)	48	-53%
Custos Operacionais Ajustados	**(2.790)**	**(3.154)**	**364**	**-12%**
Ressarcimento do GSF histórico	–	890	(890)	–
Reversão Prov. Encargos Setoriais (TUST)	263	–	263	–
Perda Arbitragem CCSA	(899)	–	(899)	–
Custos Operacionais	**(3.426)**	**(2.264)**	**(1.162)**	**51%**

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

R$ MM	2022	2021	Var.	Var.%
Serviços de terceiros	(65)	(40)	(25)	63%
Provisão para Contingências	(49)	2	(50)	n.a
Pessoal e administradores da entidade	(38)	(32)	(5)	16%
“Fees” e comissões para bancos	(3)	(3)	–	-13%
Associações em Geral	(3)	(3)	–	-3%
Outros	(5)	(4)	(1)	33%
Total	**(162)**	**(81)**	**(81)**	**101%**

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido negativo passou de R$ 3.210 milhões em 2021 para R$ 3.241 milhões em 2022. Apesar da variação ter sido pequena, vale ressaltar que devido a redução do IPCA em 2022 fomos impactados positivamente ao comparar com o ano anterior em R$ 520 milhões, que foi compensado pela decisão da arbitragem junto a CCSA. Essas variações podem ser observadas no quando a seguir:

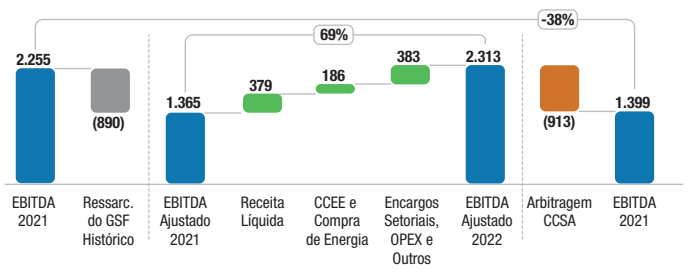
R$ MM	2022	2021	Var.	Var.%
Rec. aplicações financeiras	134	19	115	n.a
Outras rec. Financeiras	188	5	183	n.a
Var. monetárias moeda nacional	42	267	(225)	-84%
Var. monetárias (UBP*)	14	9	4	44%
(–) Tributos receitas financeiras	(17)	(35)	18	-51%
Receitas Financeiras	**360**	**265**	**95**	**36%**
Juros de dívidas	(2.486)	(3.006)	520	-17%
Perda arbitragem CCSA (ii)	(675)	–	(675)	–
Var. monetárias (UBP*)	(54)	(58)	4	-7%
Var. monetárias moeda nacional	(320)	(380)	93	-16%
Outras despesas financeiras	(66)	(31)	13	114%
Despesas Financeiras	**(3.601)**	**(3.475)**	**(126)**	**4%**
Resultado Financeiro	**(3.241)**	**(3.210)**	**(31)**	**1%**

* UBP: Uso do Bem Público

EBITDA

No ano de 2022, o EBITDA da companhia alcançou o montante de R$ 1.399 milhões (margem de 34%). Este resultado é superior ao resultado apurado no mesmo período de 2021, isso aconteceu devido ao ressarcimento do GSF histórico de 2021 e a arbitragem CCSA de 2022.

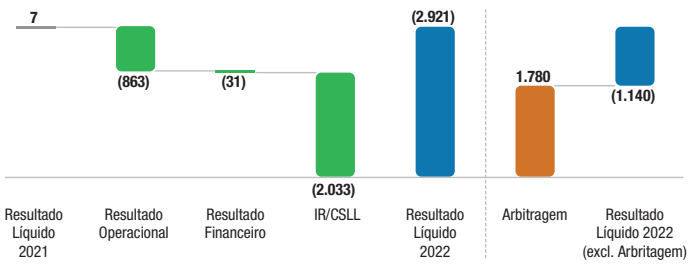
R$ MM	2022	2021	Var.
Lucro/Prejuízo líquido	**(2.921)**	**7**	**(2.927)**
IR e CS	(230)	1.803	(2.033)
Depreciação e amortização	(848)	(842)	(7)
Resultado Financeiro	(3.241)	(3.210)	(31)
EBITDA	**1.399**	**2.255**	**(856)**
Ressarcimento do GSF histórico	–	890	–
Arbitragem CCSA	(913)	–	–
EBITDA Ajustado	**2.312**	**1.365**	**947**



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

A Companhia registrou prejuízo de 2.921 milhões em 2022, ante o lucro de R$ 7 milhões em 2021, impacto negativo ocorreu devido a arbitragem CCSA.

As principais variações podem ser observadas no gráfico a seguir:

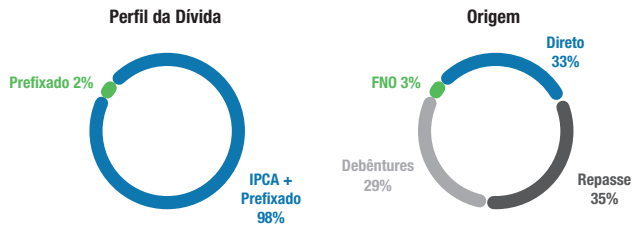


PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

O saldo correspondente à dívida da SAE em 31 de dezembro de 2022 foi de R$20.041 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 7,23%.

R$ MM				
Origem	**Custo**	**Dívida Bruta**	**%**	**Venc.**
BNDES		**13.730**	**68%**	**–**
BNDES Direto	IPCA + 7,00%	6.655	33%	set-40
BNDES Repasse	IPCA + 7,87%	7.075	35%	set-40
FNO	**8,5% Pré-fixado***	**482**	**2%**	**dez-30**
Debêntures		**5.843**	**29%**	**–**
1ª Emissão		**5.214**	**26%**	**–**
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.661	13%	out-37
2ª Série	IPCA + 6,5%	2.553	13%	jun-38
3ª Emissão		**629**	**3%**	**–**
Subtotal da dívida		**20.055**	**100%**	
Custo de Transação a Amortizar		**(13)**	**0%**	
Total da dívida		**20.041**	**100%**	

* Taxa de 10% a.a. considerando um bônus de adimplência de 15%.



Demais ASSUNTOS

COVENANTS

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES Finem e Escrituras de Debêntures que possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros, que são apurados ao final de cada exercício social, e *covenants* não financeiros que são monitorados mensalmente).

No ano de 2022 a Companhia cumpriu adequadamente seus *covenants*, mantendo o acompanhamento integral dos mesmos por meio de um sistema para gestão eficiente e maior controle das obrigações. O sistema reforça a gestão e o controle das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamentos.

Cabe ressaltar que, especificamente para o *covenant* Patrimônio Líquido/Ativo Total, a SAE obteve waiver dos debenturistas da 3ª emissão pelo não atingimento do *covenant*, referente ao exercício social de 2022, conforme obrigação constante nas escrituras dessas emissões, de manter o indicador igual ou superior a 25%. Em 2022, este indicador foi de 2,3%.

Para o *covenant* Dívida Líquida/Patrimônio Líquido, foi obtido *waiver* dos debenturistas da 1ª emissão pelo não atingimento do co*venant*, até o encerramento do exercício social de 2028, conforme termos da Escritura de Debêntures dessa emissão, de manter o indicador em um valor inferior a 3,5x. Em 2022, este indicador foi de 37,6x.

RATING

Em abril de 2022, a agência Fitch Ratings inseriu uma observação negativa nas Debêntures emitidas pela Companhia, observação que foi removida em setembro de 2022 e reafirmada em 4 de janeiro de 2023, com a manutenção do rating em BBB-(bra) em relação à 3ª emissão de Debêntures e da 1ª Emissão Privada de Debêntures.

INVESTIMENTOS

Após a redução dos efeitos da pandemia da COVID- 19, ocorrido após o mês de março de 2022, os investimentos previstos para a maximização da performance da UHE Santo Antônio puderam ser retomados.

Apesar dos entraves para a finalização dos processos de contratação, em especial o aumento substancial dos custos de construção civil e do preço do aço, os investimentos realizados no ano de 2022 totalizaram R$ 153 milhões e foram direcionados principalmente para indenizações e regularizações fundiárias, em obras no Distrito de Jaci-Paraná, nos monitoramentos socioambientais, em atendimento às condicionantes da licença de operação.

Os investimentos também foram direcionados para projetos na planta fabril, como: o início da implantação do projeto de lubrificação das rodas da comporta vagão, a aquisição de equipamentos para manutenção do Sistema de Manejo de Troncos (SMT), permitindo a redução dos gastos com a locação destes itens e também a troca das tubulações de aço carbono por aço inox, reduzindo o problema de corrosão existente nas mesmas. Foram realizadas a troca dos reguladores de tensão fornecidos pelo fabricante ANDRITZ, em atendimento as recomendações do ONS e a substituição de banco de baterias após o término da vida útil.

Governança CORPORATIVA

A Santo Antônio Energia pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, integrantes, fornecedores e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

MANDATO

Mandato unificado de um ano. Permite reeleição.

COMPOSIÇÃO

O Conselho de Administração da Santo Antônio Energia é composto por 11 membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e respectivos suplentes.

Observação: conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

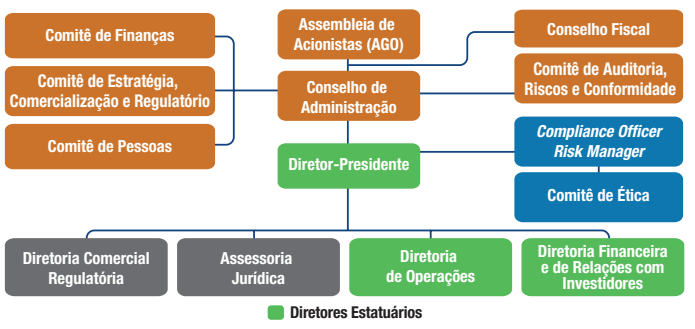
- Estatuto Social
- Política de Conflito de Interesses
- Código de Governança, sendo os dois últimos documentos relativos à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Santo Antônio Energia.

Adicionalmente, para melhor desempenho de suas funções, o Conselho de Administração poderá valer-se de Comitês de Apoio, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração cuja a última atualização se deu em 24 de agosto de 2022.

Atualmente, a Companhia possui quatro comitês permanentes:

- Comitê de Pessoas
- Comitê de Finanças
- Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e
- Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório

ESTRUTURA CORPORATIVA E GOVERNANÇA



O Portal de Governança completou em 2022 seu terceiro ano de operação, garantindo aos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Apoio, do Conselho Fiscal e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a Santo Antônio Energia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa.

COMPLIANCE

A empresa atua de forma contínua para a manutenção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente. Nesse sentido, a ampliação dos pilares do Programa de Compliance e sua integração à cultura da Santo Antônio Energia contou com o total envolvimento da Alta Direção, dos nossos integrantes e de nossos parceiros de negócios.

Em relação à Gestão dos Riscos Corporativos, no decorrer do ano de 2022, a Companhia monitorou e efetuou a atualização de seu portfólio de riscos corporativos, em sinergia com as diretrizes estratégicas, os princípios ESG e as melhores práticas de mercado. O portfólio de riscos da companhia possui 23 riscos divididos entre os pilares Financeiros, Operacionais, Negócio e Conformidade. Dentre os pilares, trabalhamos os riscos ESG de forma transversal. Para o efetivo monitoramento e mitigação dos riscos, os controles e planos de ações são trabalhados de uma forma integrada e multidisciplinar pelas áreas da Companhia.

Destacamos que a Santo Antônio Energia possui um Canal de Denúncias, que é um ambiente exclusivo e confidencial disponibilizado para que os nossos Integrantes, Fornecedores e/ou Terceiros possam relatar toda e qualquer conduta que, possivelmente, não esteja de acordo com o Código de Ética e Conduta da SAE ou ainda em aparente desacordo com alguma norma legal e regulatória vigente. Todo relato feito ao Canal de Reporte e Preocupações é recebido por uma empresa independente e externa à SAE, especialista na análise e endereçamento de dúvidas, preocupações, sugestões ou denúncias, assegurando a imparcialidade e o sigilo absoluto, caso seja solicitado. O Canal de Denúncia está disponibilizado em nosso website externo e através de Atendimento Telefônico 24horas. No ano de 2022, a Santo Antônio Energia recebeu 75 relatos em nosso Canal de Denúncias, dos quais 100% foram apurados e tratados, quando o caso. Das denúncias recebidas, 38% foram consideradas procedentes, 31% improcedente e 32% inconclusivos.

Merecem ainda destaque outras importantes atividades realizadas ao longo de 2022: O treinamento de Compliance para todos os integrantes e colaboradores terceiros, a realização de Due Diligences relacionadas a novas contratações e a comercialização de energia, a implementação da Política de Conflito de Interesses e a realização de Auditorias Internas, de acordo com o cronograma anual estabelecido.

Em 2021, a Santo Antônio Energia recebeu o prêmio Empresa Pró-Ética, que é o mais importante reconhecimento da área de Compliance no Brasil. O prêmio é uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar e divulgar as companhias que voluntariamente se engajam na construção de um ambiente de integridade e de confiança nas relações comerciais, inclusive nas que envolvem o setor público.

Reforçando seu compromisso de combater todas as formas de corrupção, como empresa integrante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a Santo Antônio Energia avançou em relação ao ODS16 aderindo em 2022 ao Movimento Transparência 100%. A iniciativa visa com que as empresas possam ir além de suas obrigações legais para fortalecer seus mecanismos de transparência e integridade. O Movimento traça metas e ações claras que deverão ser implementadas até 2030 e reforçam a assunção do compromisso público da Santo Antônio Energia no combate à corrupção e promoção de um sistema econômico justo, íntegro e sustentável.

Responsabilidade SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoelétricas, que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro.

Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da International Finance Corporation (IFC), aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários.

Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na gestão organizacional e de governança. No relatório do último Monitoramento Socioambiental Independente, realizado em 2022, foram indicadas 22 recomendações, sendo 17 atendidas e 5 em atendimento, não havendo recomendações pendentes.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e compromissada com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia concluiu, em 2016, a implantação do seu Sistema de Gestão Integrada, que aplica melhores práticas em processos nas frentes ambiental, de saúde e segurança do trabalho.

Mesmo sendo fonte de energia limpa, a Companhia realizou, em 2013 - ainda na fase de construção do empreendimento - o seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que derivou um plano de adaptação às mudanças climáticas. E este tema também vem sendo acompanhado no âmbito das auditorias externas dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho em Sustentabilidade do IFC, que recomendaram, em 2020, o retorno do inventário GEE.

O Inventário de Emissões GEE foi retomado em 2021 e se tornou uma importante ferramenta estratégica da companhia para conhecer melhor seus processos, avaliar e aprimorar seu sistema de gestão.

Ao analisar os dados e indicadores de emissões GEE de 2021, foi possível observar resultado satisfatório da companhia dentro do seu processo de geração de energia. Como efeito de comparação, a média anual do fator de emissões decorrentes do consumo de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 126,42 KgCO2e/MWh em 2021. A emissão média da Santo Antonio Energia no mesmo ano foi de 0,100 KgCO2e/MWh.

Em linha com a agenda global 2030 e sendo Mudanças Climáticas um tema material para a companhia, a SAE se tornou signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)e com destaque para o ODS 13 - ação contra a mudança global do clima.

No segundo semestre de 2022, destaca-se o atendimento à meta estratégica da Santo Antônio Energia que diz respeito a elaboração de um plano de ação ESG (Environmental, Social and Governance). O trabalho foi desenvolvido com apoio de consultoria de referência no mercado, como objetivo de realizar Diagnóstico de Maturidade bem como recomendar pontos de melhoria sobre os temas ESG em observância aos frameworks internacionais.

O Plano de Ação ESG foi apresentado ao Conselho de Administração em novembro de 2022, devendo ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador.

É importante destacar que nas referidas agendas de alinhamento com o Controlador também foi discutida a Materialidade 2022 como base para elaboração dos Relatórios Anuais no padrão GRI da Eletrobras, de Furnas e da Santo Antônio Energia no novo contexto do momento de transição da empresa.

Desenvolvimento - P&D

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e operação de uma das maiores usinas hidrelétricas do país na Amazônia Legal. Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e correta gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (P&D), desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

Por isso, a Santo Antônio Energia vai muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abarcando cultura, pessoas e ferramentas. Acima de tudo, tem como linha mestra atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) origina-se da lei nº 9.991/2000. Nela, está determinado que as empresas autorizadas, permissionárias e concessionárias do setor de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em P&D. A iniciativa existe desde 2000 e tem por objetivo investir em projetos inovadores e originais, que se mostrem perfeitamente aplicáveis, relevantes e economicamente viáveis para o setor elétrico brasileiro.

Na Santo Antônio Energia o Programa é gerido pela Diretoria Comercial e Regulatória que, por meio da Gerência Regulatória, executa os requisitos administrativos, financeiros e regulatórios estabelecidos pela Agência para a realização dos projetos de P&D.

Neste último exercício, a Companhia deu início a execução de mais três novos projetos de P&D, a seguir destacados:

SISTEMA INTELIGENTE DE MONITORAMENTO DAS GRADES DAS UNIDADES GERADORAS - MIG

Iniciado em janeiro de 2022, o projeto de P&D denominado Sistema Inteligente de Monitoramento das Grades das Unidades Geradoras - MIG, tem como principais objetivos monitorar, mapear e identificar pontos de obstrução (e suas respectivas morfologias - sedimento, tronco ou macrófitas) nas grades das Unidades Geradoras (UGs), soleiras da tomada d’água e LOG BOOM, utilizando uma embarcação semi-autômona, adaptada para as condições do rio Madeira utilizando um sonar de múltiplos feixes.

Será desenvolvido um sistema inteligente de análise 3D, baseado em redes neurais profundas (deep learning) capaz de identificar a composição morfológica dos sedimentos, indicando se são formados por madeira, plantas aquáticas ou sedimentos, com o respectivo volume, área e porcentagem de cada componente.

O produto obtido com o projeto poderá ser aplicável a qualquer tipo de reservatório e bacias no sistema hidrelétrico brasileiro para monitoramento de grades, níveis de sedimentação e inspeção de estruturas, acarretando aumento de eficiência operacional para as instalações.

PROJETO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA EM MULTITECNOLOGIAS E ESTUDO DE ALBEDO PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E MOBILIDADE COM VEÍCULOS ELÉTRICOS.

Em maio de 2022, foi dado início a execução do Projeto de Geração Fotovoltaica em Multitecnologias e Estudo de Albedo para Geração Distribuída e Mobilidade com Veículos Elétricos.

Com início de geração prevista para julho de 2023, a planta solar fotovoltaica contará com painéis bifaciais em diferentes tipos de condições de albedo (tipos de solo), totalizando 750 kWp de potência instalada. Além disso, será utilizado veículos elétricos como carga, avaliando os benefícios da troca da mobilidade com combustíveis fósseis para mobilidade elétrica na região norte.

A planta será instalada em 4 tipos de albedos diferentes para verificação da melhor radiação refletiva. Contará ainda com a instalação de estação solarimétrica, onde será também avaliado o potencial solarimétrico da região para uma eventual expansão dessa geração, em aproveitando às áreas do entorno do reservatório da usina.

Segregação de PERDAS HIDRÁULICAS

Em dezembro de 2022, foi dado início à execução do Projeto de P&D “Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para Segregação de Perdas de Cargas e Fenômenos Hidráulicos na Tomada D’água”, denominado “Perdas Hidráulicas”.

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

SantoAntônio ENERGIA

continuação

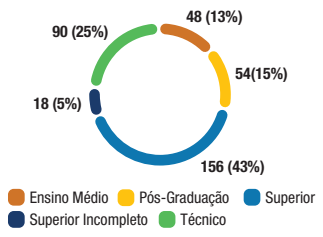
Este projeto tem como objetivo principal desenvolver uma nova metodologia de análise aplicada em um software de monitoramento e tomada de decisão, visando a segregação e análise de perdas de cargas na tomada d'água do sistema adutor de aproveitamento hidrelétrico, diferenciando perdas relacionadas a obstrução da grade de outros fenômenos hidráulicos.

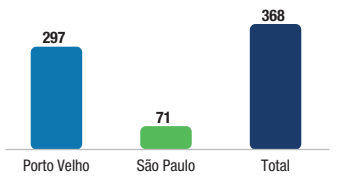
Com a conclusão deste projeto, espera-se aprimoramentos no planejamento da operação e aumento da confiabilidade das instalações de geração, podendo ser aplicado em diversos tipos de usinas hidráulicas.

Com a contratação destes três novos projetos, a Companhia, ao final do exercício de 2022, conta com 11 projetos de P&D em desenvolvimento.

Geração de EMPREGOS DIRETOS

Ao final de 2022, a Santo Antônio Energia contava com 368 integrantes, dos quais 80% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 48% com nível superior completo e 5% em formação, além de 25% com formação técnica e 13% com ensino médio.





A empresa mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos. Em 2022, o investimento em educação foi cerca de R$ 800mil.

Como já destacado, o novo cenário socioeconômico exigiu esforços conjuntos para garantir a segurança e a saúde dos profissionais da Santo Antônio Energia. Nesse sentido, com base nos pilares da Companhia, foram desenvolvidas ações para fortalecer os elos entre as pessoas e a Cultura SER+ (Sinergia, Eficiência, Resultados Sustentáveis e Inovação), a fim de garantir a qualidade de vida dos seus integrantes, conforto e proteção.

Os treinamentos virtuais foram importantes ferramentas de aproximação e aperfeiçoamento. Com a tecnologia on-line, os treinamentos mantiveram integrantes mais unidos, mesmo com o distanciamento social.

Demais ASSUNTOS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foram apresentadas ao Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 10 de março de 2023 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Santo Antônio Energia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debêntures.

Constituída em 2008, a Companhia contabiliza prejuízos acumulados até o exercício concluído em 31 de dezembro de 2022. Por esta razão, assim como pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Santo Antônio Energia adota constantemente procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

ESTRUTURA PARA O FUTURO

2022 foi um ano de comemoração dos 10 anos de operação bem sucedida, mas também de superação de obstáculos para o time SAE, que continua em 2023 e anos vindouros preparado para continuar enfrentando desafios, considerando os aspectos operacionais, financeiros, relacionais e os elementos relativos ao cenário ESG e de evolução tecnológica, numa visão estratégica que busca agregar valor à Companhia de forma permanente, responsável e sustentável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	923.146	179.627
Contas a receber	5	474.234	417.219
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.539	10.818
Tributos compensáveis		4.949	5.437
Estoques		91.215	83.320
Depósitos em garantia	6	135.323	146.549
Despesas pagas antecipadamente	7	37.193	38.431
Adiantamentos a Fornecedores	8	74.297	5.122
Outros ativos	9	52.352	41.177
Total do ativo circulante		1.818.248	927.700
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		12.034	11.792
Tributos compensáveis		92	125
Depósitos em garantia	6	37.314	34.076
Despesas pagas antecipadamente	7	37.978	73.120
Dispêndios reembolsáveis		–	1.483.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.077.782	2.308.282
Outros ativos	9	7.974	2.797
Imobilizado	11	17.069.734	17.608.074
Intangível	12	1.110.637	1.145.167
Total do ativo não circulante		20.353.545	22.666.499
Total do Ativo		**22.171.793**	**23.594.199**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	230.577	169.250
Obrigações estimadas com pessoal		23.131	21.950
Empréstimos e financiamentos	14.1	655.361	116.120
Debêntures	14.2	498.904	541.358
Impostos e contribuições	15	57.286	54.625
Adiantamentos de clientes	16	64.270	146.296
Encargos regulamentares e setoriais	17	69.254	69.292
Cauções em garantia	18	18.271	20.567
Concessões a pagar	19	27.963	26.234
Provisões socioambientais	20	158.794	211.874
Outras contas a pagar	21	8.135	5.110
Outras provisões	22	–	168.032
Total do passivo circulante		1.811.946	1.550.708
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14.1	13.546.024	12.827.607
Debêntures	14.2	5.341.159	5.205.414
Impostos e contribuições	15	57.076	78.591
Adiantamentos de clientes	16	129.484	193.053
Encargos regulamentares e setoriais	17	24.814	12.135
Cauções em garantia	18	2.757	769.897
Concessões a pagar	19	289.817	278.661
Obrigações vinculadas à concessão		5.848	5.899
Provisões socioambientais	20	174.245	292.384
Provisão para contingências	23	202.782	44.050
Outras contas a pagar	21	82.072	2.043
Outras provisões	22	–	492.017
Total do passivo não circulante		19.856.078	20.201.751
Total do Passivo		21.668.024	21.752.459
Patrimônio Líquido	24		
Capital social		11.246.908	9.664.356
Prejuízos acumulados		(10.743.139)	(7.822.616)
		503.769	1.841.740
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**22.171.793**	**23.594.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita Operacional Líquida	26	4.137.130	3.757.969
Receita líquida de venda de energia		4.137.130	3.757.969
Custos do Serviço de Energia Elétrica	27.1	(3.426.420)	(2.264.076)
Custo de energia elétrica		(2.163.416)	(1.146.484)
Custo de operação		(1.263.004)	(1.117.592)
Lucro Operacional Bruto		710.710	1.493.893
Despesas gerais e administrativas	27.2	(162.040)	(80.557)
Outras receitas		1.826	87
Resultado Operacional		550.496	1.413.423
Receitas financeiras	28	360.449	265.021
Despesas financeiras	28	(3.600.969)	(3.474.871)
Despesas Financeiras, Líquidas		(3.240.520)	(3.209.850)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.690.024)	(1.796.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(230.499)	1.802.940
Prejuízo/Lucro do Exercício		(2.920.523)	6.513
Prejuízo/Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)		–	0,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Resultado do exercício	(2.920.523)	6.513
Resultado abrangente do exercício	(2.920.523)	6.513
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Controladora	(2.920.523)	6.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(2.690.024)	(1.796.427)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	28	2.612.588	3.158.333
Depreciações e amortizações	11 e 12	848.654	842.409
Baixa de imobilizado	11	67.165	947
Direito de Concessão - *GSF*	12	(16.085)	(890.351)
Provisão contingências	23.1	67.616	(1.211)
Perda Arbitragem CCSA	27.1 e 28	1.409.298	–
Provisão Liminar - TUST	22	–	168.032
Amortização dos custos de captação de dívidas	14.1 e 14.2	2.789	3.216
		2.302.001	1.484.948
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(57.015)	(59.880)
Estoques		(7.895)	(2.020)
Outros ativos	9	(16.352)	(1.078)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(14.963)	(3.145)
Despesas pagas antecipadamente	7	36.380	17.776
Tributos compensáveis		521	143
Fornecedores - Outros	13	4.308	7.675
Adiantamentos a Fornecedores	8	(69.175)	39.358
Energia elétrica comprada para revenda	13	36.174	(18.156)
Encargo de uso da rede	13	20.845	(37.216)
Cauções em Garantia	18	137	–
Obrigações estimadas com pessoal		1.181	366
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		(51)	3.620
Impostos e contribuições sociais	15	(18.854)	64.027
Adiantamento de clientes	16	(145.595)	(138.047)
Encargos regulamentares e setoriais	17	12.641	6.361
Outras contas a pagar	21	(87.859)	4.389
Realizações socioambientais	20	(112.013)	(20.606)
Arbitragem CCSA CCI nº 21.511/ASM/JPA	1.6 (a)	(1.254.091)	–
		630.325	1.348.515
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14.1 (c)	(463.613)	(1.061.058)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	14.2 (e)	(200.389)	(126.877)
Pagamento de uso do bem público	19.1	(27.155)	(24.855)
Pagamento de contingências	23.1	(19.154)	(110)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(79.986)	135.615
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Depósitos em garantia - Aplicações	6	(675.658)	(1.170.805)
Depósitos em garantia - Resgates	6	683.646	1.279.987
Adições ao imobilizado	11	(289.888)	(20.533)
Adições ao intangível	12	(3.350)	(2.043)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(285.250)	86.606
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos - Principal	14.1 (c)	(51.827)	(51.342)
Pagamento de debêntures - Principal	14.2 (e)	(421.970)	(253.776)
Aumento de capital do acionista	24	1.582.552	–
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento		1.108.755	(305.118)
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido		743.519	(82.897)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	179.627	262.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	923.146	179.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transações Não Caixa	31/12/2022
Imobilizado - reavaliação da provisão socioambiental	24.095
Intangível - reavaliação da provisão socioambiental	9.532
	33.627

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2021		9.664.356	(7.829.129)	1.835.227
Lucro do exercício		–	6.513	6.513
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	24	9.664.356	(7.822.616)	1.841.740
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	24	9.664.356	(7.822.616)	1.841.740
Capital Integralizado em 03.06.2022	24	681.374	–	681.374
Capital Integralizado em 10.06.2022	24	901.178	–	901.178
Prejuízo do exercício		–	(2.920.523)	(2.920.523)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	24	11.246.908	(10.743.139)	503.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receitas	4.616.163	4.194.808
Receitas operacionais	4.614.310	4.194.713
Outras receitas	1.853	95
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.691.728)	(1.489.199)
Serviços de terceiros	(920.931)	(1.203.896)
Materiais	(958.853)	(270.784)
Custos arbitragem CCI 21.511/ASM	(736.261)	–
Outros	(75.683)	(14.519)
Valor Adicionado Bruto	1.924.435	2.705.609
Depreciação, Amortização	(848.402)	(841.626)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.076.033	1.863.983
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras, líquidas	360.449	265.021
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.436.482	2.129.004
Distribuição do Valor Adicionado	1.436.482	2.129.004
Salários e Encargos	97.700	93.003
Remuneração direta	72.134	67.578
Benefícios	20.218	20.389
FGTS	5.348	5.036
Impostos, Taxas e Contribuições	669.004	(1.443.514)
Federais	551.897	(1.560.273)
Estaduais	116.406	116.051
Municipais	701	708
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.590.301	3.473.002
Juros	3.589.585	3.471.799
Aluguéis	716	1.203
Remuneração de Capital Próprio	(2.920.523)	6.513
Prejuízo/lucro do exercício	(2.920.523)	6.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: 1.1. A Companhia: A Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia", "SAE" ou "SAESA") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, "Categoria B", nos termos da Instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio ("UHE") e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controladora, Madeira Energia S.A.-MESA ("Controladora" ou "MESA"), por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. Desde julho de 2022, a MESA passou a ser controlada diretamente pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. (nota explicativa nº1.6c), que por sua vez é controlado pela companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008. **1.2. Capacidade de geração:** A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Em 31 de dezembro de 2022, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física. A Garantia Física da UHE Santo Antônio, a partir de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (redução de 110,9 MW médios) conforme Portaria MME nº 704/GM/MME (nota explicativa nº 1.6b). **1.3. Comercialização de energia elétrica:** A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial, em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial. A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 08 grandes clientes com vencimento no ano de 2027. A energia adicional, referente às 6 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira: • A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046. • Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029. **1.4. Programa de integridade da Companhia:** No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de "*Compliance*" e Controles Internos que implementou um Programa de Integridade compreendendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos, que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos. Em 2020, a Área de "*Compliance*" e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e "*Compliance*", agregando o monitoramento e acompanhamento dos riscos estratégicos da Companhia. Todas as atividades de *GRC* ("*Governance*, *Risk* and *Compliance*") estão agregadas em uma única unidade, responsável por manter o Programa de Integridade da Companhia vivo e também aperfeiçoar as atividades de controles da Companhia de forma contínua, baseando-se em riscos mapeados. O monitoramento dos riscos corporativos é feito de forma contínua pela Alta Administração, bem como a implementação de planos de ação com a finalidade de mitigar os riscos mapeados. Trata-se de um trabalho contínuo e integrado com as áreas responsáveis pelos riscos, conforme boas práticas do mercado em Governança, Risco e "*Compliance*"- *GRC*. Ademais, com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, que promove o adequado acompanhamento da governança e reporte periódico à Alta Administração. Em dezembro de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Pró-Ética da Corregedoria Geral da União - CGU, a mais importante honraria na área de "*Compliance"* no Brasil. Ele é resultado do engajamento da Companhia na construção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente. **1.5. Principais Aspectos do Compromisso Socioambiental (*ESG*):** Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio, localizada em Porto Velho, Estado de Rondônia, com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros com energia de fonte limpa e renovável, foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia sendo a Santo Antônio Energia a concessionária responsável pela operação da Hidrelétrica. As características tecnológicas e os investimentos realizados em Sustentabilidade garantiram, ainda na etapa de construção da hidrelétrica, a conquista do maior número de notas máximas em sustentabilidade entre todas as usinas avaliadas pela *International Hydropower Association* (*IHA*), em 2014. E obteve posição de destaque como finalista do Prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de Infraestrutura Sustentável, em 2015. O início da construção da Hidrelétrica Santo Antônio, a partir de 2008, e da operação a partir de 2012, seguiu o cumprimento de um rigoroso processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No âmbito do licenciamento, a Companhia desenvolve 28 programas socioambientais que integram o Plano Básico Ambiental (PBA). A evolução e os resultados dos compromissos firmados para cada programa continuam sendo, periodicamente, submetidos ao IBAMA. Além dos compromissos legais, a Companhia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, composto por um conjunto de critérios socioambientais, referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da *International Finance Corporation (IFC)* aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários. Para assegurar o cumprimento, as questões socioambientais vêm sendo auditadas, há mais de 10 anos, por Consultoria Independente que realizam verificações periódicas, contribuindo, de forma significativa, com a evolução dos temas socioambientais e gestão organizacional. Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais, em 2016, a Companhia concluiu a implantação do seu Sistema de Gestão que integra a aplicação das melhores práticas de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Em 2020, a Companhia se tornou signatária do Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030. Contando com uma estrutura formal de governança corporativa, a Companhia mantém em vigor instrumentos como: Estatuto Social e Política de Conflito de Interesses. Além disso, adotamos diversas diretrizes recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. No final de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Pró-Ética, uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria Geral da União (CGU), importante premiação em *Compliance* no Brasil, e participou, pela primeira vez, do *Great Place to Work (GPTW)*, conquistando posição de destaque no ranking de indústrias de médio porte. Ainda como iniciativa voltada para a sustentabilidade, a Santo Antônio Energia associou-se ao Instituto Amazônia + 21, com o objetivo de articular projetos inovadores na região Amazônica. Tendo a Sustentabilidade como pilar estratégico, o *ESG* foi incorporado ao Plano de Negócio de 2022, por meio da meta estratégica "Plano de ação para adequação da Companhia aos princípios *ESG"*, propiciando o início de uma trilha com objetivo de adequação a um modelo de gestão e divulgação das práticas em sintonia com as melhores práticas de mercado. **1.6. Destaques de 2022:** a) Procedimento Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA: A Companhia requereu, em 30 de novembro de 2015, perante a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA") para dirimir dúvidas relativas ao Contrato *EPC* (Contrato de Construção da UHE firmado com o CCSA), sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato. Os árbitros, após pedido apresentado pelo Grupo Eletromecânico ("GICOM") que compõe parte do CCSA, decidiram aceitar que todas as demandas, inclusive entre GICOM e Grupo Civil ("GCIVIL"), que integra o restante dos participantes do CCSA, fossem decididas conjuntamente na arbitragem em curso e pela competência do Tribunal Arbitral. Após pleno cumprimento pelas Partes de todas as fases do Procedimento Arbitral, em 7 de fevereiro de 2022, foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Companhia. A perda da Arbitragem, representou os seguintes impactos financeiros à Companhia, os quais foram registrados no exercício de 2022: i. No caixa, R$ 1.498.000: pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais. Estes valores já contemplam a dedução do montante julgado em favor da Companhia, que totalizou R$ 106.291; ii. No Ativo imobilizado, R$ 183.530: pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE; iii. No resultado do exercício, R$ 1.780.293: pela perda do ativo financeiro dispêndios reembolsáveis e pelo pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE. Para referidos pagamentos, a Companhia contou com aporte de acionista, conforme mencionado na nota explicativa nº 24. Mediante celebração dos Acordos supracitados, a CCI, em 12 de setembro de 2022, formalizou o encerramento da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA. b) Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF: A garantia física da UHE Santo Antônio, a partir de 1º de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi definido no processo de Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. O referido decreto prevê que o valor da garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS seja revisto a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes. Na ROGF, apenas a parcela original da UHE Santo Antônio, referente às 44 UGs, cujo valor era de 2.218 MW médios foi elegível à revisão de garantia física. Assim, o valor foi revisado para 2.107,1 MW médios. Esse valor, somado à garantia física das 6 UGs, de 206,2 MW médios, totalizam 2.313,3 MW médios, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme publicado na PORTARIA Nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022. Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Essa revisão foi definida com base no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022 e o novo Índice de Disponibilidade de Referência é de 94,761% (99,50% em 31 de dezembro de 2022). A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio e também evitará penalizações no Mercado de Curto Prazo - MCP mantendo a disponibilidade da UHE Santo Antônio acima de 94,761% (em 31 de dezembro de 2022 a disponibilidade era de 97,05%). c) Aumento de Capital e Mudança do Controle Societário da Controladora: Em Assembleia Geral Extraordinária da controladora MESA, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social no valor de até R$ 1.582.552, para fins de integralização na Companhia, para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511 /ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a). A integralização do capital foi realizada apenas pelo acionista Furnas, em 02 e 09 de junho de 2022, implicando o aumento da participação acionária de Furnas de 43,05% para 72,36% de capital social da MESA, conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 03 e 10 de junho de 2022. Adicionalmente, em 08 de julho de 2022, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da Controladora, culminando na assunção do controle societário da MESA por Furnas, com consequente alteração da composição do Conselho de Administração da MESA e da SAESA. **1.7. Estrutura de Capital, de Liquidez e continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R$6.302 (R$623.008 negativo em 31 de dezembro de 2021). Neste mesmo exercício, o Patrimônio Líquido totalizou R$ 503.769 (R$ 1.841.740 em 31 de dezembro de 2021) e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 2.920.523 (lucro de R$ 6.513 em 31 de dezembro de 2021), substancialmente em razão do reconhecimento da sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a). A posição de capital circulante líquido da Companhia apresentou expressiva evolução, tendo em vista a capitalização da Companhia por meio de aporte do seu acionista Furnas (Acionista da Controladora) e a liquidação dos valores referentes à sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a). É importante ressaltar que a Companhia é uma hidrelétrica constituída sob o formato de "*Project Finance*", modelo de negócio que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação por ser constituído com elevados índices de alavancagem financeira. Contudo, a Companhia conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3), cujos registros dos recebíveis no ativo circulante, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos, registrados no passivo circulante, que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses. Ações Adicionais da Administração para a equalização de sua estrutura de capital e liquidez: i. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Companhia recebeu significante aporte do seu acionista para fazer face às demandas de pagamento da sentença arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A capitalização e consequente liquidação destas obrigações trouxeram uma situação de normalidade para continuidade de suas operações; ii. Contratação de "*Hedge*": a Companhia repactuou o risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR) (nota explicativa nº 3.2 (iv)) e também celebrou contratos de compras de energia para proteção ("*hedge*") da exposição ao risco hidrológico, possibilitando maior estabilidade nos custos com energia elétrica; iii. Operações de Energia: quando necessário, a Companhia conta com a opção de (i) possível antecipação de recebíveis dos contratos de energia vigentes do mercado livre (ACL), cuja antecipação está sujeita à anuência dos financiadores e (ii) realização de operações por meio da venda da energia comprada para "*hedge*" futuro com a antecipação desses recebíveis, que é uma transação já realizada pela Companhia em ocasiões anteriores; iv. A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. Obrigações relativas ao Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiência - *ESA* ("*Equity Support Agreements*"): No Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 ("*ESA* de Insuficiência"), os acionistas FURNAS, CEMIG GT, SAAG (garantida pela AGPar), FIP AMAZÔNIA (garantido por Novonor Energia do Brasil) e Novonor Energia do Brasil (garantida por CNO, OPI e Novonor S.A.) se obrigam, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA (Controladora), em caráter irrevogável e irretratável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário. Considerando que o *ESA* de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Santo Antônio Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de preparação e mensuração: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa 2.6. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir: **2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações:** A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às *IFRSs* e aos CPCs emitidos pelo *IASB* e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/*IFRS* 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/*IAS* 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/*IAS* 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/*IFRS* 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/*IFRS* 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022

2.4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos e, tendo em vista não ser empresa do segmento de seguros, não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
20	CPC 11/*IFRS* 4 - Contratos de seguro, CPC 21/*IAS* 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/*IAS* 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /*IAS* 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/*IAS* 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/*IFRS* 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40//*IFRS* 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/*IFRS* 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/*IAS* 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/2023

2.5. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração é preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O *IFRS* não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **2.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 10), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 11), recuperabilidade dos ativos (notas explicativas nº 11 e 12), provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) e provisões para contingências (nota explicativa nº 23). As premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração estão informados nas respectivas notas explicativas. **2.7. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2023. **3. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos: 3.1. Instrumentos Financeiros:** Considerações gerais: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Prática Contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48 (*IFRS* 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando suas classificações no reconhecimento inicial. Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus principais instrumentos financeiros e seu respectivo nível:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	
Contas a receber	Custo amortizado	
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado	2
Fornecedores	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	
Debêntures	Custo amortizado	
Concessões a pagar	Custo amortizado	

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável (*"impairment"*): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **b) Análise de liquidez:** As necessidades de liquidez da Companhia são monitoradas por meio de acompanhamento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Valores nominais:

Instrumentos Financeiros	31/12/2022 Fluxo de Pagamento				
Passivos Financeiros (Circulante/Não Circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	1.412.805	720.958	1.771.551	16.684.491	20.589.805
Fornecedores	230.577	–	–	–	230.577
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.154.265	690.461	1.674.314	16.522.408	20.041.448
Concessões a Pagar	27.963	30.497	97.237	162.083	317.780

3.2. Gestão de riscos financeiros: A Companhia, em conformidade com a sua Instrução de Gestão Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz, assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos. Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são: (i) Risco de inflação: A Companhia está exposta ao risco da elevação da inflação, visto que os empréstimos e financiamentos estão atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R$ 19.572.416 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R$ 13.729.867 relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores (nota explicativa nº 14.1) e R$ 5.842.549 em debêntures (nota explicativa nº 14.2), desconsiderando o custo de transação financeira de R$ 13.149. O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. - FNO não está contemplado no parágrafo acima pois possui juros prefixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a. (nota explicativa nº 14.1 (b)). Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (nota explicativa nº 19). A Companhia possui uma obrigação de longo de prazo relacionada a *waiver fee* de R$ 80.776 (nota explicativa nº 21), que é atualizada monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, adicionado a juros prefixados de 7%a.a.. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência. Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem "*ratings*" fornecidos por agências internacionais como "*Fitch Rating, Standard & Poor's*" e "*Moody's Investor*" e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros. Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias. (iii) Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Conforme descrito na nota 1.7, a Companhia e sua Controladora contam com suporte de seus acionistas caso exista necessidade de um evento de capitalização extraordinário, como ocorrido em junho de 2022 em que o acionista Furnas aportou R$ 1.5 bilhão (nota explicativa nº 24) na Companhia para fazer frente às suas necessidades de caixa para liquidação da Sentença Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3). (iv) Risco hidrológico: A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e, consequentemente, baixas vazões, podem provocar uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* ("*Generation Scaling Factor*") para os geradores hidrelétricos. Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da Lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 06 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio. Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, realiza, quando necessário, compras de energia e/ou descontratações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre. (v) Análise de sensibilidade: Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Para o cenário provável, a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2023, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 5,26% e (ii) CDI/SELIC 13,25%. Fontes: Relatório BACEN, Santander e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2022. Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2022	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2023 Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	923.146	13,25%	1.045.463	1.014.884	984.304
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa 6)	172.637	13,25%	195.511	189.793	184.074
Total Ativo	1.095.783		1.240.974	1.204.677	1.168.378
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 14.2) (i)	(5.842.549)	5,26%	(6.149.867)	(6.226.697)	(6.303.526)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 14.1) (i)	(13.729.867)	5,26%	(14.452.058)	(14.632.606)	(14.813.154)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa 19)	(317.780)	5,26%	(334.495)	(338.674)	(342.853)
Provisões socioambientais - IPCA - (nota explicativa 20)	(333.039)	5,26%	(350.557)	(354.936)	(359.316)
Outras contas a pagar - IPCA (nota explicativa 21)	(80.776)	5,26%	(85.025)	(86.087)	(87.149)
Total Passivo	(20.304.011)		(21.372.002)	(21.639.000)	(21.905.998)

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices. A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº 14.1(b)). **3.3. Gestão de risco de capital:** Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Indicador de Endividamento:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Debêntures	14.2	5.840.063	5.746.772
Empréstimos	14.1	14.201.385	12.943.727
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(923.146)	(179.627)
Depósitos em garantia	6	(172.637)	(180.625)
Dívida líquida (A)		18.945.665	18.330.247
Total do patrimônio líquido		503.769	1.841.740
Total do capital (B)		19.449.434	20.171.987
Indicador de Endividamento (C = A/B x 100)		97,41%	90,87%

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bancos conta movimento	3.016	333
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB) (i)	920.080	138.944
Operação Compromissada	50	40.350
	923.146	179.627

As aplicações financeiras no ano de 2022 tiveram um rendimento médio de 100,12% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária. (i) O aumento de caixa observado é correspondente à geração de caixa da operação, adicionado à adesão da medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill*) por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica conforme nota explicativa nº 14. **Prática contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **Aplicações financeiras por agente financeiro:**

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/ AA(Moody's)/AAA(S&P)	–	11.801
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	*AA(Fitch)*	35.655	3.155
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/ AAA(Moody's)/AAA(S&P)	26.819	30.312
Haitong Banco de Inv. do Brasil S.A.	CDB	CDI	BB(S&P)	73.282	12.165
Haitong Banco de Inv. do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB(S&P)	–	17.270
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/ AA(Moody's)/AA+(S&P)	25.664	36.406
Banco Daycoval S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/ AA(Moody's)/AA+(S&P)	–	3.513
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/ Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	50	2.910
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/ AA(Moody's)/AAA(S&P)	51.888	3.294
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/AAA(Moody's)	144.815	–
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/ AAA(Moody's)/AAA(S&P)	216.125	–
Banco Santander S.A.	CDB	CDI	AAA(Moody's)/AAA(S&P)	199.061	–
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)/AA(Moody's)	10.950	–
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)/AA(Moody's)	–	6.483
Banco Safra S.A.	CDB	CDI	AAA(Moody's)/AAA(S&P)	27.022	27.521
Caixa Econômica Federal S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/ AAA(Moody's)/AAA(S&P)	108.799	14.290
Caixa Econômica Federal S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/ AAA(Moody's)/AAA(S&P)	–	10.174
Outros				3.016	333
				923.146	179.627

5. Contas a Receber:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Consumidores - Fornecimento industrial (i)	9.239	13.474
Concessionárias - Suprimento convencional (ii)	464.995	403.745
	474.234	417.219

(i) Consumidores - Fornecimento industrial: referem-se a créditos existentes com consumidores de energia. (ii) Concessionárias - Suprimento convencional: referem-se a créditos existentes com revendedores de energia. **Prática contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de "impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2022. Até a data destas demonstrações financeiras a Companhia não possui histórico de inadimplências ou expectativa de inadimplência futura tomando em consideração os aspectos anteriormente destacados, e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

6. Depósitos em Garantia:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	123.243	125.711
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	12.080	19.297
Outras cauções (iii)	–	1.541
	135.323	146.549
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (iv)	23.453	21.418
Reserva de O&M (v)	13.861	12.658
	37.314	34.076
	172.637	180.625

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face: (i) Ao pagamento de juros da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 2/6 (dois sextos). O próximo pagamento de juros ocorrerá em 17 de abril de 2023; (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica); (iii) A carta de crédito emitida para pagamento de importação; (iv) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Até dez/22, a Companhia estava desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM, devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas. A partir de jan/23, a Companhia começa a compor o saldo equivalente ao BNDES FINEM, que será três vezes a última prestação vencida referente a serviço da dívida do financiamento do BNDES Original, composta mensalmente na proporção de 1/24 (um vinte e quatro avos); (v) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária. **Prática Contábil:** Os depósitos em garantia possuem caráter obrigatório e estão vinculados, principalmente, às obrigações da Controlada com os financiamentos, debêntures e perante a CCEE. Estres depósitos estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos rendimentos. As realizações ocorrem de acordo com os cronogramas dos pagamentos, previstos nos respectivos contratos.

7. Despesas pagas Antecipadamente:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Seguros	8.909	10.148
Repactuação *GSF* (i)	28.284	28.283
	37.193	38.431
Não circulante		
Seguros	267	7.126
Repactuação *GSF* (i)	37.711	65.994
	37.978	73.120
	75.171	111.551

(i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do *GSF ("Generation Scaling Factor"),* a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R$ 3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 03 (3.2 iv)). Parte do *GSF* repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e está sendo amortizado pelo período de 10 anos e 04 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025. **7.1. Seguros:** A identificação, a mitigação, o gerenciamento de riscos e a contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração entende que as apólices de seguros da Companhia são suficientes (não auditado) para fazer face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

Modalidade	Cobertura
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores
Riscos Operacionais	Danos Materiais: máquinas, móveis, utensílios e instalações que constituem parte integrante do estabelecimento segurado, conforme especificado na apólice.

8. Adiantamentos a Fornecedores:

	31 d e dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
Compra de Energia (i)	67.929	3.959
Diversos	6.368	1.163
	74.297	5.122

(i) Em novembro de 2022, a Companhia realizou adiantamentos relativos a contratos bilaterais de compra de energia vigentes para 2023, correspondentes a 40 MW médios. A antecipação proporcionou a redução do custo médio de aquisição de energia para *hedge*.

9. Outros Ativos:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Ordens em curso P&D (i)	46.539	38.210
Adiantamentos a pessoal	517	406
Depósitos judiciais	2.386	2.418
Devedores diversos	2.910	143
	52.352	41.177
Não circulante		
Ordens em curso P&D (i)	6.335	1.158
Devedores diversos	1.639	1.639
	7.974	2.797
	60.326	43.974

(i) Compreende custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento da Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Encargos regulamentares e setoriais (nota explicativa nº 17).

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos: 10.1. Composição:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Diferidos Ativos		
Prejuízos Fiscais (IRPJ) Base Negativa (CSLL) (i)	2.067.378	2.067.378
Diferenças temporárias (ii)	11.251	242.494
Total diferidos Ativos	2.078.629	2.309.872
Diferidos Passivo		
Diferenças temporárias (ii)	(847)	(1.590)
Diferido Ativo Líquido	2.077.782	2.308.282

10.2. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos:

	31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) (i)	2.067.378	–	–	–	–	(2.067.378)
Diferenças temporárias (ii)	11.251	(536)	(536)	(536)	(536)	(9.107)
	2.078.629	(536)	(536)	(536)	(536)	(2.076.485)
Passivo:						
Diferenças temporárias (ii)	(847)	457	164	18	18	190
	(847)	457	164	18	18	190
	2.077.782	(79)	(372)	(518)	(518)	(2.076.295)

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social acumulados que somam o montante de R$ 12.537.278, que equivalem a créditos fiscais R$ 4.262.674, dos quais R$ 2.067.378 estão contabilizados. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro e serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro. Estimativa de realização dos tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

2029	6.716
2030	49.547
2031	95.534
2032-2039	1.915.581
	2.067.378

A Companhia e sua controladora indireta, Furnas, estão desenvolvendo plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany,* que possibilitarão a reestruturação da Companhia e, por conseguinte, a aceleração da realização dos tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais. Adicionalmente, a Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. (ii) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. Incentivo Fiscal - Redução Imposto de Renda: Em 06 de dezembro de 2018, a Companhia obteve, junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018. O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28 de dezembro de 2018. Em 29 de abril de 2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo. Até a data destas demonstrações financeiras, o referido benefício não foi utilizado pela Companhia por ausência de lucro fiscal. **Prática Contábil:** O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são apurados em bases correntes e diferidas. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. Os cálculos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos são calculados utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os Prejuízos Fiscais e a Base Negativa de Contribuição Social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA). O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22): A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração, quando há incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro. Nesse sentido, foi estabelecido que a entidade deve avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, considerando a probabilidade de a autoridade fiscal (órgãos administrativos ou tribunais) aceitar esta postura. Na hipótese de concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve seguir com a determinação do lucro tributável segundo o referido tratamento. Por outro lado, caso se conclua que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. Em conformidade ao ICPC 22, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado. Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade, não apresentando incertezas quanto a aceitação pelo Fisco. **11. Imobilizado:** A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de dezembro de 2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31 de dezembro de 2021 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	2,

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Santo Antônio Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021					
	Valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	366.115	–	–	5.576	(5.285)	(15.765)	350.641
Reservatórios, barragens e adutoras	6.714.077	–	–	–	–	(287.553)	6.426.524
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.635.007	1.903	–	–	(947)	(155.842)	3.480.121
Máquinas e equipamentos	7.558.595	–	–	–	–	(347.617)	7.210.978
Veículos	1.431	–	–	–	–	(520)	911
Móveis e utensílios	3.077	–	–	102	–	(328)	2.851
Total do imobilizado em serviço	18.278.302	1.903	–	5.678	(6.232)	(807.625)	17.472.026
Imobilizado em curso							
Terrenos	4.752	–	3.304	(5.576)	–	–	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	–	–	–	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	48	–	–	–	–	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	–	–	–	23.760
Veículos	1.392	96	–	–	–	–	1.488
Móveis e utensílios	551	602	–	(102)	–	–	1.051
Material em depósito	19.333	4.018	(303)	–	–	–	23.048
Outros	23.384	2.677	(3.304)	–	–	–	22.757
Total do imobilizado em curso	123.096	18.630	–	(5.678)	–	–	136.048
Total do imobilizado	18.401.398	20.533	–	–	(6.232)	(807.625)	17.608.074

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R$2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

12. Intangível: A Composição do intangível é como segue:

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(67.258)	132.081	137.406
Licença de Operação	18,34%	141.262	(41.297)	99.965	113.047
Direito de Concessão - *GSF* (i)	3,88%	906.436	(43.277)	863.159	881.781
Servidão permanente	3,07%	10.226	(2.331)	7.895	8.214
Software	20,54%	30.812	(30.487)	325	818
Total do intangível em serviço		1.288.075	(184.650)	1.103.425	1.141.266
Intangível em Curso					
Software		7.212	–	7.212	3.901
Total do intangível em curso		7.212	–	7.212	3.901
Total do intangível		1.295.287	(184.650)	1.110.637	1.145.167

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1). As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022				
	Valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	137.406	–	–	–	(5.325)	132.081
Licença de Operação	113.047	–	–	9.532[(a)]	(22.614)	99.965
Direito de Concessão - *GSF*	881.781	–	–	16.085	(34.707)	863.159
Servidão permanente	8.214	–	–	–	(319)	7.895
Software	818	–	–	39	(532)	325
Total do intangível em serviço	1.141.266	–	–	25.656	(63.497)	1.103.425
Intangível em Curso						
Licença de Operação	–	9.532[(a)]	–	(9.532)[(a)]	–	–
Direito de Concessão - *GSF*	–	16.085	–	(16.085)	–	–
Software	3.901	3.321	29	(39)	–	7.212
Total do intangível em curso	3.901	28.938	29	(25.656)	–	7.212
Total do intangível	1.145.167	28.938	29	–	(63.497)	1.110.637

(a) Em dezembro de 2022, a Companhia revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) totalizando um aumento de R$ 33.626, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 11) na rubrica "Terrenos" em R$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R$ 9.532. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021				
	Valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	143.524	–	–	–	(6.118)	137.406
Licença de Operação	112.078	19.652	–	–	(18.683)	113.047
Direito de Concessão - *GSF*	–	–	–	890.351	(8.570)	881.781
Servidão permanente	8.581	–	–	–	(367)	8.214
Software	1.864	–	–	–	(1.046)	818
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	–	890.351	(34.784)	1.141.266
Intangível em Curso						
Direito de Concessão - *GSF*	–	890.351	–	(890.351)	–	–
Software	1.858	2.043	–	–	–	3.901
Total do intangível em curso	1.858	892.394	–	(890.351)	–	3.901
Total do intangível	267.905	912.046	–	–	(34.784)	1.145.167

13. Fornecedores:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	92.156	71.311
Materiais e serviços	35.982	30.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	102.439	66.265
Fornecedores Estrangeiros	–	1.541
	230.577	169.250

(i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio. (ii) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (*GSF*). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **Prática Contábil:** A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: 14.1 Empréstimos e financiamentos: Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo circulante				
BNDES - Indireto	R$	TLP(*)+ 4,7% a.a.	305.108	30.065
BNDES - Direto	R$	TLP(*)+ 3,9% a.a.	300.504	40.608
Custos de transação a amortizar - BNDES	R$	–	(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R$	Juros de 10,0% a.a. (**)	50.350	46.048
			655.361	116.120
Passivo não circulante				
BNDES - Indireto (a)	R$	TLP(*)+ 4,7% a.a.	6.769.731	6.352.063
BNDES - Direto (a)	R$	TLP(*)+ 3,9% a.a.	6.354.524	6.006.444
Custos de transação a amortizar - BNDES	R$	–	(10.062)	(10.663)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R$	Juros de 10,0% a.a. (**)	431.831	479.763
			13.546.024	12.827.607
			14.201.385	12.943.727

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a. (**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a. A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de restruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. Movimentação de empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607
Encargos financeiros provisionados	459.624	1.312.873
Encargos financeiros pagos	(463.613)	–
Amortização de principal	(51.827)	–
Transferências (*)	595.057	(595.057)
Custos de transação	601	–
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.361	13.546.024

(*) Transferência para o circulante em atendimento ao *"cash Sweep"* (nota explicativa nº 14.1 (i5)).

Em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	107.579	11.858.110
Encargos financeiros provisionados	1.065.858	1.023.979
Encargos financeiros pagos	(1.061.058)	–
Amortização de principal	(51.342)	–
Transferências	55.083	(55.083)
Custos de transação	601	–
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Direto e Indireto. Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	13.703	65.553	144.216	222.879	222.879	12.455.025	13.124.255
	13.703	65.553	144.216	222.879	222.879	12.455.025	13.124.255

Esta composição não considera o custo de transação. (b) Banco da Amazônia S.A. - FNO: As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1). Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831

Esta composição não considera o custo de transação. **Prática Contábil:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(i) Condições:** Em dezembro de 2018, a Companhia renegociou (reperfilamento) sua dívida no montante de R$ 9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Haitong), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa. Essa renegociação teve como principais alterações: 1. Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040. 2. Carência de principal até dezembro de 2024, passando a ser amortizado a partir de janeiro de 2025. 3. Alteração dos indexadores da dívida: BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. BNDES Indireto (bancos repassadores) de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a. 4. Pagamentos graduais dos juros correspondentes aos percentuais da dívida, conforme segue:

dez-21 a jun-22	jul-22 a dez-23	jan-24 a dez-24	jan-25
0%	77%	89%	100%

5. O Contrato de financiamento prevê que no final de cada exercício, o excedente a R$ 378.000 (base dez/22) de caixa livre, seja repassado aos credores (BNDES, Bancos Repassadores e FI FGTS somente a partir de abr/24) para amortização dos financiamentos. Em setembro de 2021, o BNDES lançou uma medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill*) por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica. A Companhia aderiu ao programa, de forma integral no dia 12 de dezembro de 2021 com o BNDES Direto e Indireto (Repasse), com a postergação de 07 parcelas de juros e principal. Tais parcelas foram capitalizadas (acrescidas) ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida. **(ii) Garantias:** Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias: (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES por meio da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças. (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento. (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto. (e) Fianças de Furnas, Eletrobras, Cemig e Controladora para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto. (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar. **(iii) Cláusulas restritivas:** A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures (nota explicativa nº 14.2), os quais possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") financeiras e não financeiras. "*Covenants*" são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer "*covenants*", o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida ("*default*"). **Principais cláusulas:** (a) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos. (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 2ª e 3ª emissão de debêntures). (c) Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures). (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, realizar distribuição de dividendos ou pagamento a acionistas. (e) Constituir garantias de qualquer espécie com outros credores. (f) Firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE. (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R$ 20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que tal erro ou má-fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo. (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente. (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador (aplicável apenas para o BNDES Repasse, FNO, 2ª e 3ª emissão de debêntures). (j) Enviar relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre. (k) Constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controlada. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controladora cujo valor seja superior a R$ 100.000, a Controlada deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia. (l) Ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Companhia que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Companhia, ou (iii) na capacidade da Companhia cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto. (m) Alteração do controle acionário da Companhia e/ou de seus Intervenientes, sem a prévia e expressa anuência do BNDES, dos agentes financeiros do Repasse e FNO, excetuadas as transferências de ações de um Interveniente para sociedade sob controle comum desse Interveniente. (n) Deixar de manter em vigor, válidas e eficazes as garantias descritas nos Contratos de Financiamentos, bem como deixar de reforçar, substituir, repor ou complementar quaisquer das referidas garantias, com outras garantias relativas ao Projeto, se tais garantias forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa. Conforme obrigação dos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures (nota explicativa nº 14.2), os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente. Indicadores financeiros não atendidos no exercício de 2022, com obtenção de "*waivers*": • Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures): *"waiver"* obtido em 31 de outubro de 2022 com vigência até o encerramento do exercício de 2022; • Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures): *"waiver"* obtido em 14 de dezembro de 2018 com vigência até o encerramento do exercício de 2028. Esses índices possuem apurações anuais e são apurados somente após a divulgação do resultado do exercício. Os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de "declarar o vencimento antecipado da dívida" em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Novonor Energia do Brasil S.A.("NEB") e Odebrecht S.A. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada, bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de "declarar o vencimento antecipado da dívida" para os próximos doze meses. Ademais, em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos *waivers* acima mencionados, a Companhia atendeu a todos os "*covenants*" exigidos, conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

14.2 Debêntures: Composição:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de dezembro de 2022 Principal	Encargos	Custos de transação	Total	31 de dezembro de 2021 Total
Passivo circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	115.425	30.417	(50)	145.792	(50)
2ª emissão (b)	Única	R$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	–	–	–	–	199.703
3ª emissão (c)	1ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	–	–	–	–	134.261
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	208.220	146.228	(1.336)	353.112	207.444
				323.645	176.645	(1.386)	498.904	541.358
Passivo não circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	2.515.452	–	(355)	2.515.097	2.359.311
	2ª			809.346	1.743.169	(355)	2.552.160	2.262.859
3ª emissão (c)	2ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	166.280	108.012	(390)	273.902	583.244
				3.491.078	1.851.181	(1.100)	5.341.159	5.205.414
				3.814.723	2.027.826	(2.486)	5.840.063	5.746.772

Movimentação de debêntures: Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541.358	5.205.414
Encargos financeiros provisionados	254.320	459.142
Encargos financeiros pagos	(200.389)	–
Amortização	(421.970)	–
Transferência	324.830	(324.830)
Amortização de custos de transação	2.188	–
Transferências de custo de transação	(1.433)	1.433
Saldo em 31 de dezembro de 2022	498.904	5.341.159

Em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	306.533	4.902.313
Encargos financeiros provisionados	216.642	699.322
Encargos financeiros pagos	(126.877)	–
Amortização	(253.776)	–
Transferência	398.410	(398.410)
Amortização de custos de transação	2.615	–
Transferências de custo de transação	(2.189)	2.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541.358	5.205.414

(a) 1ª Emissão: Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R$ 760.060 (R$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R$ 760.060 (R$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1). O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14 (i) e (ii), exceto pelo subitem (e), cuja fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto. Em 1º de abril de 2022, a "*Fitch Ratings"* colocou em observação negativa os "*Ratings"* Nacionais de Longo Prazo 'BBB-(bra)' de emissões de debêntures da Companhia, que estavam em perspectiva estável. Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1 (ii) e (iii). Em 26 de setembro de 2022, a "*Fitch Ratings*" retornou para perspectiva estável os "*Ratings*" Nacionais de Longo Prazo 'BBB-(bra)' de emissões de debêntures da Companhia. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1ª série a partir de outubro/2023 e (ii) 2ª série a partir de junho/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures. (b) 2ª Emissão-Totalmente liquidada em 27 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R$ 100, totalizando R$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1). Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1(ii) e (iii). Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (junho e dezembro), parte do principal já foi amortizado sendo: 5,5% em 27 de dezembro de 2017; 17,5% em 27 de dezembro de 2019 e 25,0% em 27 de dezembro de 2020 e 24,0% em 27 de dezembro de 2021. (c) 3ª Emissão: Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R$ 700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R$ 200.000 (R$ 201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R$ 500.000 (R$ 504.000, atualizados até a data de recebimento). O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1 (ii) e (iii). Em 1º de abril de 2022, a "*Fitch Ratings*" colocou em observação negativa os *Ratings* Nacionais de Longo Prazo 'BBB-(bra)' de emissões de debêntures da Companhia, que estavam em perspectiva estável. Em 26 de setembro de 2022, a "*Fitch Ratings*" retornou para perspectiva estável os "*Ratings*" Nacionais de Longo Prazo 'BBB-(bra)' de emissões de debêntures da Companhia. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (abril e outubro). A 1ª série foi totalmente amortizada até abril de 2022 e 25,1% da 2ª série foi amortizada em abril de 2022. **Próximas amortizações:** 2ª série - 55,6% em 15 de abril de 2023 e o saldo remanescente em 15 de abril de 2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures. (d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
	624.134	349.843	349.843	349.843	349.843	3.318.753	5.342.259
Principal e Encargos ¹	624.134	349.843	349.843	349.843	349.843	3.318.753	5.342.259

¹ Juros e atualizações monetárias.

15. Impostos e Contribuições:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
COFINS	15.307	18.349
PIS	3.291	3.891
COFINS (Parcelamento) (i)	25.650	22.581
PIS (Parcelamento) (i)	4.896	4.602
ICMS	4.243	3.538
INSS	1.106	423
ISS	1.050	343
Outros	1.743	898
	57.286	54.625
Não circulante		
COFINS (Parcelamento) (i)	47.356	65.509
PIS (Parcelamento) (i)	9.720	13.082
	57.076	78.591
	114.362	133.216

(i) Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R$ 138.081, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento. Os pagamentos estão sendo realizados de acordo com os prazos legais.

16. Adiantamentos de Clientes: Posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2022:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Saldo inicial	146.296	137.926
Transferência	63.569	146.417
Baixa por realização	(145.595)	(138.047)
	64.270	146.296
Não Circulante		
Saldo inicial	193.053	339.470
Transferência	(63.569)	(146.417)
	129.484	193.053
	193.754	339.349

Prática Contábil: A Companhia recebeu adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos da energia contratada, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos. Não existe atualização monetária nos adiantamentos.

17. Encargos Regulamentares:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	49.030	48.022
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	14.007	16.547
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	2.890	2.417
Ministério de minas e energia	1.444	599
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	867	725
Taxa de Fiscalização	1.016	982
	69.254	69.292
Não circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	24.814	12.135
	24.814	12.135
	94.068	81.427

(i) Montante indica o saldo a pagar para realização dos projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Os montantes realizados são contabilizados em "Outros Ativos". Após encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao ativo (nota explicativa nº 09).

18. Cauções em Garantia:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Cauções retidos fornecedores	18.271	20.567
	18.271	20.567
Não Circulante		
Cauções retidos fornecedores	2.757	324
Cauções retidos fornecedores Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA	–	769.573
	2.757	769.897
	21.028	790.464

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita por meio da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos. O montante refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 21.028 (dezembro de 2021 - R$ 790.464, sendo R$ 769.573 vinculado à Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA, nota explicativa nº 1.6a). **19. Concessões a Pagar:** Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida, a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$ 317.780 (dezembro de 2021 - R$ 304.895). Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº 12), em contrapartida do passivo. **19.1. Movimentação da concessão a pagar: Em 31 de dezembro de 2022:**

| | Circulante | Não circulante |
|

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Santo Antônio Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Em 19 de agosto de 2021, a Companhia obteve êxito liminar em medida judicial perante o TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região), determinando que não fosse aplicado o período de transição da tarifa de uso do sistema de transmissão do setor elétrico ("TUST") até o esgotamento da fase administrativa na ANEEL. Neste sentido, no dia 24 de maio de 2022, foi julgado o processo administrativo que encerrou e afastou, de forma definitiva, a aplicação de um período de transição entre TUSTs. A decisão favorável faz com que a Companhia não precise desembolsar o valor da diferença entre as tarifas e já utilize a nova TUST estabelecida pela ANEEL a partir de julho de 2021. Com a decisão favorável, a Companhia reverteu a provisão em 2022; (ii) Nessa rubrica, estava registrada a provisão dos gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio, objeto da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA. Este montante foi totalmente liquidado por meio dos acordos realizados com as partes da Arbitragem (nota explicativa 1.6a), revertendo referida provisão em 2022. **Prática Contábil:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **23. Provisão para Contingências:** A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **23.1. Perda provável:** São processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa. **Composição:**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cíveis (i)	198.724	26.369
Ambiental (ii)	–	16.568
Trabalhista	4.058	1.113
	202.782	44.050
	202.782	44.050

Movimentação:

	Ambientais (i)	Trabalhistas	Cíveis (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.568	1.113	26.369	44.050
Novos processos/complementos	–	7.736	72.155	79.891
Reclassificações - socioambientais [1]	–	–	115.317	115.317
Reversões	(17.860)	(2.161)	(4.647)	(24.668)
Baixa pagamento	–	(2.754)	(16.400)	(19.154)
Atualizações monetárias	1.292	124	5.930	7.346
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	4.058	198.724	202.782
	Ambientais (i)	**Trabalhistas**	**Cíveis (ii)**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.914	750	27.776	44.440
Novos processos/complementos	–	381	5.191	5.572
Reversões	–	–	(6.783)	(6.783)
Baixa pagamento	–	(110)	–	(110)
Atualizações monetárias	654	92	185	931
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.568	1.113	26.369	44.050

(i) Administrativos ambientais: Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 em desfavor da Companhia, decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO. (ii) Cíveis: Trata-se, majoritariamente, de (i) ações movidas contra a Companhia por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação intentada pela Companhia relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio; e (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola. (1) Para melhor apresentação, a Companhia reclassificou os processos socioambientais contingenciados que totalizam R$ 115.317, da rubrica de Provisões Socioambientais (Nota explicativa nº 20) para a rubrica de Provisões para Contingências. **23.2. Perda possível:** São processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R$ 3.635.884, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras. **Perdas possíveis:**

	Ambientais (i)	Trabalhistas (ii)	Tributárias (iii)	Cíveis (iv)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157
Novos processos/complementos	16.914	4.074	260.940	76.551	358.479
Reversões	–	(256)	(48.577)	(1.103.842)	(1.152.675)
Atualizações monetárias	3.794	10	55.518	226.601	285.923
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.970	4.613	949.297	2.632.004	3.635.884
	Ambientais (i)	**Trabalhistas (ii)**	**Tributárias (iii)**	**Cíveis (iv)**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.498	2.578	938.572	3.043.701	4.036.349
Novos processos/complementos	–	–	106.205	311.366	417.571
Reversões	(23.268)	(1.894)	(374.745)	(175.450)	(575.357)
Atualizações monetárias	1.032	101	11.384	253.077	265.594
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes: (i) Administrativos ambientais: Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio. (ii) Trabalhistas: Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade. (iii) Tributárias: Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014. (iv) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e consequente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas. Em junho de 2022, houve êxito em alguns processos, ocasionando a reversão por mudança no prognóstico para remoto, ante o reconhecimento judicial de prescrição sobre o pleito de processo de pesca, tendo em vista se tratar de matéria de ordem pública. **23.3. Contingências por solidariedade:** Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo. Em 31 de dezembro de 2022 as contingências por solidariedade com natureza cível, estimadas para a outra parte solidária, totalizam R$1.359.323. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental das empresas do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação dos empreendimentos.

	31 de dezembro de 2022		
	Possível	Provável	Total
Cível	1.341.267	18.056	1.359.323

23.4. Ativo Contingente - Ação nº 1012415-85.2018.4.01.3400/DF - Excludente de Responsabilidade: Ao longo do período de construção da UHE Santo Antônio foram deflagradas greves e manifestações que comprometeram o ritmo de obras. Os mencionados eventos foram reconhecidos pelo Judiciário como atos ilícitos, em demandas que tramitaram perante a Justiça do Trabalho. Como resultado das greves, a obra da UHE Santo Antônio sofreu um incontornável atraso de 107 (cento e sete) dias, o que impossibilitou o cumprimento da integralidade dos compromissos contratuais. Assim, à luz das cláusulas contratuais, a Companhia solicitou à ANEEL que tais eventos fossem qualificados como caso fortuito e/ou de força maior, a fim de caracterizar hipótese de exclusão de responsabilidade pelo atraso no cronograma de obras da usina, com os respectivos consectários em relação ao cumprimento de contratos regulados, aplicação de penalidades, recolhimento de encargos etc. Avaliando o tema, a Área Técnica da ANEEL recomendou o reconhecimento de excludente de responsabilidade e calculou o impacto de todos os movimentos "grevistas" no cronograma de implantação da UHE Santo Antônio em 84 (oitenta e quatro) dias e reconheceu como excludente de responsabilidade 56 (cinquenta e seis) dias. A Advocacia Geral da União, por sua vez, ao analisar os mesmos fatos, por meio da Procuradoria Federal na ANEEL, reconheceu que as paralisações extrapolaram a relação de emprego e suas manifestações (atos de vandalismo) deveriam ser consideradas, sob o ponto de vista jurídico, como excludentes de responsabilidade. No entanto, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu negar o pleito da Companhia, que por sua vez levou o tema para discussão de mérito no Judiciário. Desta forma, a Companhia teve seu pedido parcialmente deferido, em 1ª instância, para desoneração dos impactos em 56 (cinquenta e seis) dias de atraso no cronograma pactuado. Ato contínuo, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, por unanimidade, reforçou a excludente de responsabilidade com relação ao mesmo período. Por fim, no Superior Tribunal de Justiça, a sentença proferida em 1ª instância, reforçada por acórdão, vem se mantendo inalterada, restando pendente a interposição de Agravo em Recurso Especial pela ANEEL e eventual Agravo Interno. Por fim, a Companhia estima que o reconhecimento de 56 (cinquenta e seis) dias como excludente de responsabilidade implicaria no deslocamento da curva de atendimento aos contratos das distribuidoras pelo mesmo período, o que traria um benefício econômico estimado em R$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), considerando o volume total de energia verificado no período postergado, compreendido entre dezembro de 2012 e agosto de 2015, correspondente a 2.087 GWh. Em face de todo o exposto, considerando as decisões exaradas, o escritório que patrocina a causa classifica como remotas as chances de reversão do entendimento adotado e, consequentemente, como provável as chances de êxito da ação. Contudo, em atendimento às normas contábeis vigentes, referido processo não atingiu as condições necessárias ao registro do ativo, sendo divulgado apenas em nota explicativa. **23.5 Decisão do STF, referente matéria tributária transitada em julgado:** Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, nos termos do julgamento, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou e, desta forma, havendo alteração, a decisão anterior pode deixar de produzir efeitos. Tal precedente não traz consequências imediatas e relevantes para a Companhia, dado que não se utilizou de decisão transitada em julgado para deixar de recolher tributos de forma continuada. **Prática Contábil:** As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência). Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Um ativo contingente é divulgado por meio de nota explicativa, quando, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos externos, for provável a entrada de benefícios econômicos. **24. Patrimônio Líquido:** Capital subscrito e integralizado: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social na Controladora no valor de até R$ 1.582.552, mediante a emissão de até 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,1240 (centavos) cada, a serem integralizadas em moeda corrente do País, para fins de integralização na Companhia para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº1.6(a)). A integralização do capital na Controladora foi realizada pelo acionista Furnas, em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$ 681.374 e R$ 901.178, respectivamente. Referidos montantes foram integralizados na Companhia em 03 e 10 de junho de 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$11.246.908 dividido em 18.591.936.512 ações ordinárias nominativas (R$9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A (Controladora). **Prática Contábil:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **25. Resultado por Ação:** A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo/lucro por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Prejuízo/lucro do exercício	(2.920.523)	6.513
Média ponderada do número de ações ordinárias	14.873.209.750	10.000.452.329
Prejuízo/lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais) (*)	–	0,65

(*) A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros e patrimoniais com efeito dilutivo.

Prática Contábil: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (*IAS* 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **26. Receita Operacional Líquida:**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Fornecimento de energia à indústria	148.133	163.100
Suprimento de energia elétrica	4.466.177	4.031.613
	4.614.310	4.194.713
(–) Deduções da receita		
P & D	(40.205)	(30.926)
ICMS	(11.186)	(19.622)
PIS e COFINS	(425.789)	(386.196)
	(477.180)	(436.744)
Receita operacional líquida	4.137.130	3.757.969

Prática Contábil: Venda de energia elétrica: A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia. **27. Custos e Despesas Operacionais: 27.1 Custos do serviço de energia elétrica:**

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2022			2021		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Direito de Concessão - *GSF* (i)	–	–	–	890.351	–	890.351
Energia comprada para revenda (ii)	(933.398)	–	(933.398)	(1.148.969)	–	(1.148.969)
Encargos de uso e conexão (iii)	(658.262)	–	(658.262)	(1.079.551)	–	(1.079.551)
(–) Perda Arbitragem CCSA (iv)	(734.095)	–	(734.095)	–	–	–
Créditos de PIS e Cofins	162.339	10.241	172.580	191.685	9.090	200.775
Outros encargos	–	(116.640)	(116.640)	–	(108.311)	(108.311)
Pessoal	–	(76.032)	(76.032)	–	(75.104)	(75.104)
Material	–	(24.651)	(24.651)	–	(12.064)	(12.064)
Serviços de terceiros	–	(130.741)	(130.741)	–	(75.613)	(75.613)
Depreciação e amortização	–	(847.542)	(847.542)	–	(840.508)	(840.508)
Outros (v)	–	(77.639)	(77.639)	–	(15.082)	(15.082)
	(2.163.416)	(1.263.004)	(3.426.420)	(1.146.484)	(1.117.592)	(2.264.076)

(i) Ressarcimento de custo do *GSF- Generation Scaling Factor*, obtido por meio da repactuação prevista na Lei 14.052/2020; (ii) A Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Controlada, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico *(GSF)*. Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A redução observada em 2022 é decorrente do *GSF* e PLD - Preço de Liquidação das Diferenças, menos agravado quando comparado com 2021; (iii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. A redução observada em 2022 é decorrente do estorno da provisão da Tust pela decisão favorável à Companhia no processo de afastamento do período de transição para aplicação de nova tarifa; (iv) Perda decorrente da Arbitragem CCI 21.511/ASM/JPA sobre os dispêndios reembolsáveis (notas explicativas nº 1.6a); (v) Outros custos decorrentes da sentença desfavorável Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a).

27.2. Despesas gerais e administrativas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços de terceiros	(67.760)	(43.153)
Provisão para Contingências	(48.888)	1.593
Pessoal e administradores da entidade	(37.686)	(32.467)
Associações em Geral	(2.639)	(2.720)
Amortização e depreciação	(860)	(1.118)
Seguros	(600)	(487)
Aluguéis e arrendamentos	(633)	(1.164)
Tributos	(117)	(216)
Outras	(2.857)	(825)
	(162.040)	(80.557)

28. Resultado Financeiro:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	133.757	18.723
Outras receitas financeiras (i)	188.280	5.051
Variações monetárias moeda nacional	42.074	266.858
Variações monetárias (Uso do bem público)	13.638	9.447
(–) Tributos sobre receitas financeiras	(17.300)	(35.058)
	360.449	265.021
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(2.485.960)	(3.005.803)
(–) Perda Arbitragem CCSA (ii)	(675.204)	–
Variações monetárias (Uso do bem público)	(53.678)	(58.003)
Variações monetárias moeda nacional (i)	(320.079)	(380.235)
Outras despesas financeiras	(66.048)	(30.830)
	(3.600.969)	(3.474.871)
	(3.240.520)	(3.209.850)

(i) Atualizações monetárias dos itens envolvidos no Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6a). (ii) Perda reconhecida sobre os dispêndios reembolsáveis decorrentes da Arbitragem CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6a). **Prática Contábil:** São registrados os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras.

29. Partes Relacionadas:

		Ativo		Passivo		Exercícios findos em 31 de dezembro			
						Receita		Despesa	
Relação com a Companhia		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	2022	2021	2022	2021
Circulante									
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	(i)	132.027	107.041	8.218	7.533	1.687.148	1.518.678	95.932	93.947
CEMIG Distribuição S.A.	(ii)	27.859	24.105	–	–	234.321	212.714	–	–
Novonor Serviços e Participações S.A.	(i)	–	–	–	–	2.735	–	20.972	–
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	(ii)	–	–	–	–	26.199	–	200.898	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	(ii)	–	–	–	–	77.272	–	592.543	–
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(i)	–	66	14.085	12.737	–	–	176.695	200.334
Não Circulante									
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	(ii)	–	–	–	57.317	–	–	–	–
		159.886	131.212	22.303	77.587	2.027.675	1.731.392	1.087.040	294.281

(i) Acionista da Controladora. (ii) Grupo econômico de acionistas. CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui seis Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro têm a SAE como vendedora e dois como compradora de energia da CEMIG. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia. CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A. no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da Garantia Física da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 1). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estavam suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016. Novonor Serviços e Participações S.A.- Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28). Andrade Gutierrez Engenharia S.A." Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28). Construtora Norberto Odebrecht S.A.- Acordo celebrado com o Grupo Civil ("GCIVIL") visando o encerramento definitivo do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (notas explicativas nº 1.6(a), 27.1 e 28). Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que atua como compradora de energia de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia. **Prática Contábil:** De acordo com sua governança, a Controlada pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando, assim, seu resultado conjuntamente considerado, sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e prévia anuência dos credores, no caso de operações com valor superior a R$ 10.000, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os gastos com o pessoal-chave da Administração, compostos pela Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, contemplam os salários e pró-labores, benefícios diretos e indiretos e seus respectivos encargos, seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Remuneração fixa (i)	6.378	7.212
Remuneração variável da Diretoria Estatutária	1.732	1.568
Benefícios diretos e indiretos	241	301
Total	8.351	9.081

(i) A remuneração é composta por salários, pró-labores e seus respectivos encargos.

30. Informação por Segmento: A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises. **31. Compromissos Contratuais Não Reconhecidos:** A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos.

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Compra de Energia	838.661	691.983	735.421	726.724	625.553	2.603.896

32. Eventos Subsequentes: 32.1. Em 04 de janeiro de 2023, a *Fitch Rating* manteve a perspectiva estável os *"Ratings"* Nacionais de Longo Prazo "BBB-(bra)" de emissões de debêntures da Companhia. **32.2.** Em 15 de fevereiro de 2023, em atendimento às condições dos contratos de financiamentos, a Companhia realizou a amortização extraordinária obrigatória (*cash sweep*) no valor de R$ 536.235 (nota explicativa nº 14.1 (i5)).

Diretoria

Daniel Faria Costa
Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Dimas Maintinguer
Diretor de Operações

Daiana Santos de Oliveira
Contadora - CRC: 1SP255699/O-6

Parecer do conselho fiscal

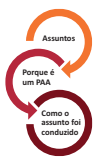
O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião iniciada em 10 de março e finalizada em 13 de março de 2023, com participação por videoconferência, pelo aplicativo da Microsoft Teams®, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e respectivo parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, por unanimidade, opinou favoravelmente para o encaminhamento e aprovação destes documentos pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 13 de março de 2023.

Conselheiros Fiscais: **Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior** **Fernando Passalio de Avelar** **Fábio Baccheretti Vitor** **Marcelo Sampaio da Cunha Filho (voto por escrito)**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras Santo Antônio Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)
A Companhia possui R$ 2.077.782 mil em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2022, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização.
Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:
Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.
Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração na preparação das projeções do fluxo de caixa futuro, base para a expectativa de geração de lucros tributáveis. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado.
Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções.
Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.
Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA
Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado (Nota 11)
Os relevantes saldos do ativo imobilizado são compostos principalmente, pelos custos de construção da usina de geração hidroelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.
A avaliação do valor recuperável é realizado com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da Companhia.
As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos da Companhia, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC.
Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:
Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.
Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto

* continuação

Santo Antônio energia S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DAE5-F63E-0086-A348.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DAE5-F63E-0086-A348 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DAE5-F63E-0086-A348

Hash do Documento

E55585D7DBB5718CC30E88FBF7E6AD4C0AF16B873B19D6268CBDC514E4672FA8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2023 é(são) :

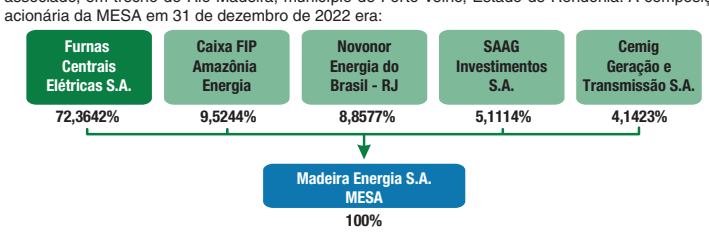
- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/03/2023 07:01 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA

CNPJ 09.068.805/0001-41

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia" ou "MESA") submete à apreciação dos acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A MESA é uma holding que detém 100% das ações ordinárias da Santo Antônio Energia S.A. ("Controlada" ou "SAE"), concessionária responsável pela condução de todas as atividades necessárias à operação e manutenção da UHE Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A composição acionária da MESA em 31 de dezembro de 2022 era:



Devido aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI21.511 ASM, foi aprovado um aumento de capital da MESA no valor de até R$ 1,58 bilhões, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2022. A integralização do capital na MESA foi realizada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$ 681,4 milhões e R$ 901,2 milhões, respectivamente. Após subscrito e integralizado, o capital social da Controladora é de R$11,3 bilhões dividido em 18.591.936.512 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, a UHE Santo Antônio contava com 50 unidades geradoras com capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física. A UHE Santo Antônio teve sua construção iniciada em 2008, as primeiras unidades geradoras entraram em operação comercial em 2012 e concluiu a motorização em 2016. Inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008, porém, em 2021, através da aplicação da Lei 14.052/2020, foi ampliada em 4 anos e 4 meses passando para 17 de outubro de 2047.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado pela comemoração dos dez anos de geração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia, com o marco de mais de 136 milhões de Megawatts-hora gerados desde o dia 30 de março de 2012, quando as duas primeiras turbinas, do total de 50, entraram em operação comercial. Uma singela e emocionante celebração marcou a data, com a visitação de convidados especiais na usina. Acionistas, conselheiros, representantes do poder público, poder concedente e agentes regulatórios puderam ver de perto o trabalho realizado por um time comprometido e dedicado, e a beleza de uma grandiosa obra de engenharia no potente rio Madeira. A geração de energia nestes dez anos possibilitou o pagamento de royalties de mais de R$ 762 milhões. Vale frisar ainda que durante todo este tempo e com todos os investimentos em tecnologia feitos desde a época de construção da usina até os dias atuais, nunca foi registrada qualquer anormalidade que comprometesse a segurança da barragem da hidrelétrica. Durante 2022, as vazões observadas no Rio Madeira foram inferiores às de 2021, mesmo assim a geração foi superior em diversos meses. A Santo Antônio Energia (SAE) continuou como a quarta maior geração hidrelétrica do Brasil, porém no ano de 2022 registrou 17.690,87 GWh representando queda de geração de 2,5% em relação ao ano anterior. Mesmo em um ano com condições hidrológicas muito favoráveis no Brasil, mantendo o armazenamento dos reservatórios superiores ao ano anterior, a geração térmica e de fontes intermitentes causou a degradação do Generation Scaling Factor (GSF) que registrou fator de 84,5%, impactando no patamar ideal de 100%. Por outro lado, as mesmas condições favoráveis de chuva e de armazenamento reduziram o Preço médio de Liquidação das Diferenças (PLD) para R$ 59,00/MWh, atenuando o custo da Companhia nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que somado ao efeito das compras de hedge e das demais operações de energia, impactaram o caixa da Companhia em menos R$ 771 milhões. O segundo semestre de 2022 foi marcado por uma redução do IPCA, índice que atualiza o custo da dívida. Mesmo assim, o índice acumulado ficou bem acima do que previa o Banco Central (5,79% x 3,5%), condição que representou um impacto adicional de mais R$ 290 milhões no custo financeiro da dívida, em relação ao que se estimava no Plano de Negócios 2022-2026. A Santo Antônio Energia, até o mês de junho de 2022, fez parte do programa de standstill do BNDES, uma medida de suspensão temporária de cobrança de dívidas que beneficiou as hidrelétricas com capacidade instalada acima de 50MW. Mitigando os efeitos da crise hídrica, a medida representou para a SAE R$ 857 milhões em postergações pelo período de sete meses. O alívio financeiro trouxe maior liquidez ao caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2022 com Caixa Livre disponível de R$ 914,6 milhões. Como previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, todo e qualquer Caixa Livre que exceder o montante de R$ 378,4 milhões, deve ser destinado a Amortização Extraordinária Obrigatória (Cash Sweep). Sendo assim, no dia 15 de fevereiro de 2023 a SAE realizou uma amortização extraordinária ao BNDES FINEM no valor de R$ 536.2 milhões. Arbitragem - Em 30 de novembro de 2015, foi iniciado perante a Câmara de Comércio Internacional um procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio, composto pelas construtoras e fornecedoras de equipamentos, para dirimir dúvidas relativas ao contrato de construção da UHE, sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato. Em 7 de fevereiro de 2022 foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Santo Antônio Energia. A perda da Arbitragem representou impactos significativos à Companhia, sendo R$ 183 milhões no ativo imobilizado pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE. Além de R$ 1,7 bilhão no resultado de 2022 devido à perda do ativo financeiro (dispêndios reembolsáveis) e ao pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE. Já o impacto no caixa, pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais, foi de R$ 1,5 bilhão. Em 12 de setembro de 2022 a arbitragem foi encerrada. Para realizar o pagamento da arbitragem, a Companhia contou com aporte de acionista, que se deu pelo aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da MESA realizada em 29 de abril de 2022, no valor de até R$1,58 bilhão, mediante a emissão de 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A integralização do capital foi realizada em sua totalidade pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$681,4 milhões e R$901,2 milhões, respectivamente. Ainda no ano de 2022 ocorreram as revisões da garantia física da usina e das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio. A partir de 1º de janeiro de 2023 a garantia física passou a ser de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022) e o novo Índice de Disponibilidade de Referência passou a ser de 94,761% versus 99,5%. A revisão do índice de disponibilidade de referência proporcionará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio. **Uma empresa ESG -** A Santo Antônio Energia marca o ano de 2022 com uma nova visão de sustentabilidade, cada vez mais estruturada no contexto das melhores práticas ambientais, sociais e de governança, em alinhamento com a tendência global ESG. Com um histórico de mais de R$ 2,5 bilhões de investimentos em programas socioambientais em Porto Velho e região, a Santo Antônio Energia foi reconhecida com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, na categoria "Empresa na Amazônia", por seus investimentos em projetos de sustentabilidade, além das parcerias para desenvolvimento socioeconômico da região. A Premiação certifica as ações de empresas instaladas na região que equilibram seus negócios com o fortalecimento das cadeias produtivas locais e o desenvolvimento sustentável. Ainda com um olhar cada vez mais voltado para uma Amazônia sustentável, em 2022 foi estabelecida a parceria da Companhia com o Centro de Estudos Rio Terra e o Instituto Amazônia+21 para a criação do primeiro Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia (CBCA). O objetivo do CBCA é estimular o desenvolvimento econômico sustentável na região do Alto Rio Madeira, com ações de conservação e reflorestamento, laboratórios de pesquisa, criação de biofábrica e de viveiro com capacidade para produzir até dois milhões de mudas por ano. O CBCA está sendo instalado em uma área de cerca de mil hectares nos arredores do reservatório da Hidrelétrica Santo Antônio, entre as comunidades da Vila Betel e Vila Nova de Teotônio. O terreno integra a Área de Preservação Permanente do reservatório da usina e foi cedido por um período de 25 anos, com fim exclusivo de instalação e operação do Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia. O início do trabalho de reflorestamento já começou. Em 2022 foram plantadas 400 mil mudas em uma parte do terreno. Em um trabalho desenvolvido com apoio da consultoria, que utilizou a ferramenta EY ESG Navigator e benchmarking com 8 empresas de referência no setor elétrico, a SAE pôde avaliar o seu nível de maturidade nos aspectos ESG. A nota da SAE foi de 3,73, considerando a nota máxima de 5 pontos, com práticas em "estado avançado" ou "líder de prática". A partir deste resultado, foi elaborado de um Plano de Ação ESG para aprimoramento das práticas, que deverá ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador. Reforçando seu compromisso de combater todas as formas de corrupção, como empresa integrante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a Santo Antônio Energia avançou também em relação ao ODS16 aderindo ao Movimento Transparência 100%. O Comitê de Diversidade da Companhia vêem trazendo como seu principal propósito combater a desigualdade de gênero. Hoje 37% da liderança da SAE é de mulheres e ainda temos 39% dos aprendizes de técnico de eletroeletrônica e 52% dos nossos estagiários do sexo feminino. Internamente, a atuação responsável da Companhia para lidar com a pandemia da COVID-19 garantiu que encerrássemos o ano de 2022 com 100% dos nossos integrantes vacinados e 97% dos empregados dos fornecedores parceiros que atuam na usina. O ano foi marcado também pelo retorno do programa Alta Voltagem, um programa de geração de ideias com foco em inovação e melhoria contínua de operação. Cerca de 65 ideias foram apresentadas e estão sendo avaliadas por um comitê técnico para que entrem em implantação, com reconhecimento para os integrantes que trouxessem soluções para melhorar a eficiência da operação da usina ou dos processos administrativos. O ano de 2022 foi de desafios e de conquistas, mas são características marcantes da Santo Antônio Energia a superação, a resiliência e o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região onde atua. Agora sob novo controle acionário, está em andamento um plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany*. A Companhia continuará atenta aos desafios futuros com o mesmo compromisso e com a certeza de que é uma empresa fundamental para o setor de energia e para Brasil, e financeiramente sustentável no longo prazo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoelétricas, que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro. Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da International Finance Corporation (IFC), aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários. Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na gestão organizacional e de governança. No relatório do último Monitoramento Socioambiental Independente, realizado em 2022, foram indicadas 22 recomendações, sendo 17 atendidas e 5 em atendimento, não havendo recomendações pendentes. Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e compromissada com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia concluiu, em 2016, a implantação do seu Sistema de Gestão Integrada, que aplica melhores práticas em processos nas frentes ambiental, de saúde e segurança do trabalho. Mesmo sendo fonte de energia limpa, a Companhia realizou, em 2013 - ainda na fase de construção do empreendimento - o seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que derivou um plano de adaptação às mudanças climáticas. E este tema também vem sendo acompanhado no âmbito das auditorias externas dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho em Sustentabilidade do IFC, que recomendaram, em 2020, o retorno do inventário GEE. O Inventário de Emissões GEE foi retomado em 2021 e se tornou uma importante ferramenta estratégica da companhia para conhecer melhor seus processos, avaliar e aprimorar seu sistema de gestão. Ao analisar os dados e indicadores de emissões GEE de 2021, foi possível observar resultado satisfatório da companhia dentro do seu processo de geração de energia. Como efeito de comparação, a média anual do fator de emissões decorrentes do consumo de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 126,42 KgCO2e/MWh em 2021. A emissão média da Santo Antonio Energia no mesmo ano foi de 0,100 KgCO2e/MWh. Em linha com a agenda global 2030 e sendo Mudanças Climáticas um tema material para a companhia, a SAE se tornou signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)e com destaque para o ODS 13 - ação contra a mudança global do clima. No segundo semestre de 2022, destaca-se o atendimento à meta estratégica da Santo Antônio Energia, que diz respeito a elaboração de um plano de ação ESG (Environmental, Social and Governance). O trabalho foi desenvolvido com apoio de consultoria de referência no mercado, como objetivo de realizar Diagnóstico de Maturidade, bem como recomendar pontos de melhoria sobre os temas ESG em observância aos frameworks internacionais. O Plano de Ação ESG foi apresentado ao Conselho de Administração em novembro de 2022, devendo ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador. É importante destacar que nas referidas agendas de alinhamento com o Controlador também foi discutida a Materialidade 2022 como base para elaboração dos Relatórios Anuais no padrão GRI da Eletrobras, de Furnas e da Santo Antônio Energia no novo contexto do momento de transição da empresa.

São Paulo, 14 de Março de 2023

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	454	17	923.600	179.644
Contas a receber	5	–	–	474.234	417.219
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		127	15	25.665	10.833
Tributos compensáveis		–	7	4.949	5.444
Estoques		–	–	91.215	83.319
Depósitos em garantia	6	–	–	135.323	146.549
Despesas pagas antecipadamente	7	–	–	37.193	38.431
Adiantamentos a Fornecedores	8	–	–	74.297	5.122
Outros ativos	9	–	–	52.352	41.177
Total do ativo circulante		581	39	1.818.828	927.738
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	–	12.034	11.792
Tributos compensáveis		–	–	92	125
Depósitos em garantia	6	–	–	37.314	34.076
Despesas pagas antecipadamente	7	–	–	37.978	73.120
Dispêndios reembolsáveis		–	–	–	1.483.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–	–	2.077.782	2.308.282
Outros ativos	9	–	–	7.974	2.797
		–	–	2.173.174	3.913.258
Investimento em controlada	11	1.099.362	2.461.336	–	–
Imobilizado	12	–	–	17.665.327	18.227.671
Intangível	13	–	–	1.110.637	1.145.167
Total do ativo não circulante		1.099.362	2.461.336	20.949.138	23.286.096
Total do ativo		**1.099.943**	**2.461.375**	**22.767.966**	**24.213.834**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	14	–	–	230.577	169.250
Obrigações estimadas com pessoal		–	–	23.131	21.950
Empréstimos e financiamentos	15.1	–	–	655.361	116.120
Debêntures	15.2	–	–	498.904	541.358
Impostos e contribuições	16	–	–	57.285	54.625
Adiantamentos de clientes	17	–	–	64.270	146.296
Encargos regulamentares e setoriais	18	–	–	69.254	69.292
Cauções em garantia	19	–	–	18.271	20.567
Concessões a pagar	20	–	–	27.963	26.234
Provisões socioambientais	21	–	–	158.794	211.874
Provisão para contingências	22	754.670	754.670	754.670	754.670
Outras contas a pagar	23	4.224	4.005	12.359	9.115
Outras provisões	24	–	–	–	168.032
Total do passivo circulante		758.894	758.675	2.570.839	2.309.383
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15.1	–	–	13.546.024	12.827.607
Debêntures	15.2	–	–	5.341.159	5.205.414
Impostos e contribuições	16	–	–	57.076	78.591
Adiantamentos de clientes	17	–	–	129.484	193.053
Encargos regulamentares e setoriais	18	–	–	24.814	12.135
Cauções em garantia	19	–	–	2.757	769.897
Concessões a pagar	20	–	–	289.817	278.661
Obrigações vinculadas à concessão		–	–	5.848	5.899
Provisões socioambientais	21	–	–	174.245	292.384
Provisão para contingências	22	–	–	202.782	44.050
Outras contas a pagar	23	–	–	82.072	2.043
Outras provisões	24	–	–	–	492.017
IR e CS diferidos	25	202.502	210.663	202.502	210.663
Total do passivo não circulante		202.502	210.663	20.058.580	20.412.414
Total do passivo		961.396	969.338	22.629.419	22.721.797
Patrimônio líquido	26				
Capital social		12.202.338	10.619.786	12.202.338	10.619.786
Provisão para Futura Devolução Capital	1.6(a)	(754.670)	(754.670)	(754.670)	(754.670)
Prejuízos acumulados		(11.309.121)	(8.373.079)	(11.309.121)	(8.373.079)
		138.547	1.492.037	138.547	1.492.037
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.099.943**	**2.461.375**	**22.767.966**	**24.213.834**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	28	–	–	4.137.130	3.757.969
Receita líquida de venda de energia		–	–	4.137.130	3.757.969
Custos do serviço de energia elétrica	29.1	–	(6)	(3.450.424)	(2.291.671)
Custo de energia elétrica		–	–	(2.163.416)	(1.146.484)
Custo de operação		–	(6)	(1.287.008)	(1.145.187)
Lucro operacional bruto		–	(6)	686.706	1.466.298
Despesas gerais e administrativas	29.2	(16)	(76)	(162.054)	(80.634)
Outras receitas		–	–	1.826	87
Participação nos resultados de subsidiária	11	(2.944.526)	(21.076)	–	–
Resultado operacional		(2.944.542)	(21.158)	526.478	1.385.751
Receitas financeiras	30	767	26	361.215	265.048
Despesas financeiras	30	(358)	(634)	(3.601.327)	(3.475.505)
Despesas financeiras, líquidas		409	(608)	(3.240.112)	(3.210.457)
Prejuízo antes do IR e da CS		(2.944.133)	(21.766)	(2.713.634)	(1.824.706)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(70)	–	(70)	1.812.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.161	9.380	(222.338)	–
Prejuízo do exercício		(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado líquido do exercício	(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)
Resultado abrangente do exercício	(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)
Resultado abrangente do exercício atribuível ao acionista da Companhia	(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxo de caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(2.944.133)	(21.766)	(2.713.634)	(1.824.706)
Ajustes					
Juros e variações monetárias, líquidas	30	219	605	2.612.807	3.158.938
Depreciações e amortizações	12 e 13	–	–	872.657	869.997
Baixa de imobilizado	12	–	–	67.165	947
Direito de Concessão - *GSF*	13	–	–	(16.085)	(890.351)
Provisão contingências	22.1	–	–	67.616	(1.211)
Perda Arbitragem CCSA	29.1 e 30	–	–	1.409.298	–
Provisão liminar - TUST	24	–	–	–	168.032
Amortização dos custos de captação de dívidas	15.1 e 15.2	–	–	2.789	3.216
Participação nos resultados de subsidiária	11	2.944.527	21.077	–	–
		613	(84)	2.302.613	1.484.862
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber	5	–	–	(57.015)	(59.880)
Estoques		–	–	(7.895)	(2.020)
Outros ativos	9	–	–	(16.352)	(1.078)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(158)	8	(15.121)	(3.137)
Despesas pagas antecipadamente	7	–	–	36.380	17.776
Tributos compensáveis		7	(1)	528	141
Fornecedores	14	–	(2)	4.308	7.673
Adiantamentos a Fornecedores - Compra de Energia	8	–	–	(69.175)	39.358
Energia elétrica comprada para revenda	14	–	–	36.174	(18.155)
Encargo de uso da rede	14	–	–	20.845	(37.215)
Cauções em Garantia	19	–	–	137	–
Obrigações estimadas com pessoal		–	–	1.181	366
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		–	–	(51)	3.620
Impostos e contribuições sociais	16	(25)	–	(18.878)	64.027
Adiantamentos de clientes	17	–	–	(145.595)	(138.047)
Encargos regulamentares e setoriais	18	–	–	12.641	6.361
Outras contas a pagar	23	–	–	(87.859)	4.390
Realizações socioambientais	21	–	–	(112.013)	(20.606)
Arbitragem CCSA CCI nº 21.511/ASM/JPA	1.6 (b)	–	–	(1.254.091)	–
		437	(79)	630.762	1.348.436
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15.1 (c)	–	–	(463.613)	(1.061.058)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	15.2 (e)	–	–	(200.389)	(126.877)
Pagamento de uso do bem público	20.1	–	–	(27.155)	(24.855)
Pagamento de contingências	22.1	–	–	(19.154)	(110)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		437	(79)	(79.549)	135.536
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controlada	26	(1.582.552)	–	–	–
Depósitos em garantia - Aplicações	6	–	–	(675.658)	(1.170.805)
Depósitos em garantia - Resgates	6	–	–	683.946	1.279.987
Adições ao imobilizado	12	–	–	(289.888)	(20.533)
Adições ao intangível	13	–	–	(3.350)	(2.043)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimentos		(1.582.552)	–	(285.250)	86.606
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital do acionista	26	1.582.552	–	1.582.552	–
Pagamento de financiamentos - Principal	15.1 (c)	–	–	(51.827)	(51.342)
Pagamento de debêntures - Principal	15.2 (e)	–	–	(421.970)	(253.776)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		1.582.552	–	1.108.755	(305.118)
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		437	(79)	743.956	(82.976)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	17	96	179.644	262.620
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	454	17	923.600	179.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transações Não Caixa	31/12/2022
Imobilizado - reavaliação da provisão socioambiental	24.095
Intangível - reavaliação da provisão socioambiental	9.532
	33.627

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais , exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Provisão para Futura Devolução Capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		10.619.786	(8.360.693)	–	2.259.093
Provisão para Futura Devolução Capital	1.6(a)	–	–	(754.670)	(754.670)
Prejuízo do exercício		–	(12.386)	–	(12.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26	10.619.786	(8.373.079)	(754.670)	1.492.037
Saldos em 1º de janeiro de 2022	26 e 1.6(a)	10.619.786	(8.373.079)	(754.670)	1.492.037
Capital Integralizado em 02.06.2022	26	681.374	–	–	681.374
Capital Integralizado em 09.06.2022	26	901.178	–	–	901.178
Prejuízo do exercício		–	(2.936.042)	–	(2.936.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26	12.202.338	(11.309.121)	(754.670)	138.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas	–	–	4.616.163	4.194.808
Receitas operacionais	–	–	4.614.310	4.194.713
Outras receitas	–	–	1.853	95
Insumos adquiridos de terceiros	(9)	(53)	(2.691.737)	(1.489.252)
Serviços de terceiros	(9)	(53)	(920.940)	(1.203.949)
Materiais	–	–	(958.853)	(270.784)
Custos Arbitragem CCI 21.511/ASM	–	–	(736.261)	–
Outros	–	–	(75.683)	(14.519)
Valor adicionado bruto	(9)	(53)	1.924.426	2.705.556
Depreciação, amortização	–	–	(872.406)	(869.214)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(9)	(53)	1.052.020	1.836.342
Valor adicionado recebido em transferência	(2.943.759)	(21.051)	361.215	265.048
Receitas financeiras, líquidas	767	26	361.215	265.048
Participação nos resultados de subsidiária	(2.944.526)	(21.077)	–	–
Valor adicionado total a distribuir	(2.943.768)	(21.104)	1.413.235	2.101.390
Distribuição do valor adicionado	(2.943.768)	(21.104)	1.413.235	2.101.390
Salários e encargos	–	–	97.700	93.003
Remuneração direta	–	–	72.134	67.578
Benefícios	–	–	20.218	20.389
FGTS	–	–	5.348	5.036
Impostos, taxas e contribuições	(8.084)	(9.374)	660.919	(1.452.887)
Federais	(8.084)	(9.374)	543.812	(1.569.646)
Estaduais	–	–	116.406	116.051
Municipais	–	–	701	708
Remuneração de capitais de terceiros	358	656	3.590.658	3.473.660
Juros	358	634	3.589.942	3.472.434
Aluguéis	–	22	716	1.226
Remuneração de capital próprio	(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)
Prejuízo do exercício	(2.936.042)	(12.386)	(2.936.042)	(12.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: 1.1. A Companhia: A Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. ("Controlada", "SAE" ou "SAESA") que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio ("UHE") e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. Desde julho de 2022, a Companhia é controlada diretamente pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. (nota explicativa nº1.6c), que por sua vez é controlado pela Companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras. Em 29 de setembro de 2008, a Companhia obteve anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para transferir a concessão de geração de energia para sua subsidiária integral, Santo Antônio Energia S.A., hoje responsável pela operação da usina e das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008. **1.2. Capacidade de geração:** A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio (controlada) tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Em 31 de dezembro de 2022, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física. A Garantia Física da UHE Santo Antônio, a partir de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (redução de 110,9 MW médios) conforme Portaria MME nº 704/GM/MME (nota explicativa nº 1.6d). **1.3. Comercialização de energia elétrica:** A UHE Santo Antônio (Controlada) iniciou a sua operação comercial, em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial. A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027. A energia adicional, referente às 6 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira: • A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046. • Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029. **1.4. Programa de integridade da Companhia e de sua Controlada:** No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia e sua Controlada possuem uma Área de "*Compliance*" e Controles Internos que implementou um Programa de Integridade compreendendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia e sua Controlada mantêm seus registros financeiros corretos e fidedignos. Em 2020, a Área de "*Compliance*" e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e "*Compliance*", agregando o monitoramento e acompanhamento dos riscos estratégicos da Companhia e de sua Controlada. Todas as atividades de *GRC* ("*Governance, Risk and Compliance*") estão

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 03 e 10 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 12.202.337 dividido em 24.796.536.323 ações ordinárias nominativas (R$ 10.619.786 dividido em 12.034.025.147 ações em 31 de dezembro de 2021). **d) Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF:** A garantia física da UHE Santo Antônio, a partir de 1º de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi definido no processo de Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. O referido decreto prevê que o valor da garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS seja revisto a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes. Na ROGF apenas a parcela original da UHE Santo Antônio, referente às 44 UGs, cujo valor era de 2.218 MW médios foi elegível à revisão de garantia física. Assim, o valor foi revisado para 2.107,1 MW médios. Esse valor, somado à garantia física das 6 UGs, de 206,2 MW médios, totalizam 2.313,3 MW médios, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme publicado na PORTARIA Nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022. Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Essa revisão foi definida com base no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022 e o novo Índice de Disponibilidade de Referência é de 94,761% (99,50% em 31 de dezembro de 2022). A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio e também evitará penalizações no Mercado de Curto Prazo - MCP mantendo a disponibilidade da UHE Santo Antônio acima de 94,761% (em 31 de dezembro de 2022 a disponibilidade era de 97,05%). **1.7. Estrutura de Capital, de Liquidez e continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) negativo de R$ 752.011 (R$ 1.381.645 negativo em 31 de dezembro de 2021, impactado principalmente pelo provisionamento da Arbitragem CAM 115/18 no valor de R$ 754.670). Este montante provisionado está em processo de discussão judicial conforme descrito na nota explicativa nº 1.6a. A posição de capital circulante líquido da Companhia apresentou expressiva evolução, tendo em vista a capitalização da Companhia por seu acionista Furnas e a liquidação dos valores referentes à sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6b). Neste mesmo período, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R$ 138.547 (R$ 1.492.037 em 31 de dezembro de 2021) e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 2.936.042 (R$ 12.386 em 31 de dezembro de 2021), substancialmente em razão do reconhecimento dos efeitos contábeis da sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA na Controlada (nota explicativa nº 1.6b). É importante ressaltar que a Controlada é uma hidrelétrica constituída sob o formato de "*Project Finance*", modelo de negócio que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação por ser constituído com elevados índices de alavancagem financeira. Contudo, a Controlada conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3), cujos registros dos recebíveis no ativo circulante, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos, registrados no passivo circulante, que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses. Ações Adicionais da Administração para a equalização de sua estrutura de capital e liquidez: **i.** Conforme descrito na nota explicativa nº 26, a Companhia recebeu significante aporte do seu acionista Furnas para fazer face às demandas de pagamento da sentença arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A capitalização e consequente liquidação destas obrigações pela Controlada trouxeram uma situação de normalidade para continuidade de suas operações; **ii.** Contratação de "*Hedge*": a Controlada repactuou o risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR) (nota explicativa nº 3.2 (iv)) e também celebrou contratos de compras de energia para proteção ("*hedge*") da exposição ao risco hidrológico, possibilitando maior estabilidade nos custos com energia elétrica; **iii.** Operações de Energia: quando necessário, a Controlada conta com a opção de (i) possível antecipação de recebíveis dos contratos de energia vigentes do mercado livre (ACL), cuja antecipação está sujeita a anuência dos financiadores e (ii) realização de operações por meio da venda da energia comprada para "*hedge*" futuro com a antecipação desses recebíveis, que é uma transação já realizada pela Controlada em ocasiões anteriores; **iv.** A Controlada, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Controlada, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Controlada estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de restruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. Obrigações relativas ao Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiência- *ESA* ("*Equity Support Agreements*"): No Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 ("*ESA* de Insuficiência"), os acionistas FURNAS, CEMIG GT, SAAG (garantida pela AGPar), FIP AMAZÔNIA (garantido por Novonor Energia do Brasil) e Novonor Energia do Brasil (garantida por CNO, OPI e Novonor S.A.) se obrigam, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário. Considerando que o *ESA* de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital dos acionistas na MESA com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital pelos Acionistas, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e sua Controlada e, mesmo sem históricos de inadimplências com credores, fornecedores e clientes, continua adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais. Desta forma, a Administração entende que, com tais ações, será possível retomar o equilíbrio da estrutura de capital, liquidez e de geração de caixa da Companhia e de sua Controlada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Nas demonstrações individuais e consolidadas, a Controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. **2.2. Base de preparação e mensuração:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa 2.7. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir: **2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações:** A Companhia e sua Controlada não identificaram impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às *IFRSs* e aos CPCs emitidos pelo *IASB* e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/*IFRS* 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/*IAS* 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/*IAS* 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/*IFRS* 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/*IFRS* 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022

2.4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia e sua controlada não realizaram a adoção antecipada destes pronunciamentos e, tendo em vista não ser empresa do segmento de seguros, não esperam impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
20	CPC 11/*IFRS* 4 - Contratos de seguro, CPC 21/*IAS* 34 - Demonstração Intermediária. CPC 23/*IAS* 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26/*IAS* 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/*IAS* 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/*IFRS* 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/*IFRS* 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/*IFRS* 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/*IAS* 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/ 2023

2.5. Base de consolidação e investimentos em Controlada: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada diretamente pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle da investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto da investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia da investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação da Controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a Controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a Controlada. Especificamente, as receitas e despesas da Controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a Controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. **2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração é preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O *IFRS* não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas**. 2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e sua Controlada fazem estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 10), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), recuperabilidade dos ativos (notas explicativas nº 12 e nº 13), provisões socioambientais (nota explicativa nº 21) e provisões para contingências (nota explicativa nº 22). As premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração estão informados nas respectivas notas explicativas. **2.8. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2023. **3. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 3.1. Instrumentos Financeiros:** Considerações gerais: A Controlada opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e sua controlada têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia e de sua controlada. Prática Contábil: A Companhia e sua controlada classificam seus ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48 (*IFRS* 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando suas classificações no reconhecimento inicial. Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia e sua controlada usam as seguintes classificações para enquadrarem os seus principais instrumentos financeiros e seu respectivo nível:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	
Contas a receber	Custo amortizado	
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado	2
Fornecedores	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	
Debêntures	Custo amortizado	
Concessões a pagar	Custo amortizado	

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia e sua controlada avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: **(i)** Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **b) Análise de liquidez:** As necessidades de liquidez da Companhia e de sua controlada são monitoradas por meio de acompanhamento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e sua controlada devem quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Valores nominais:

Instrumentos financeiros					31/12/2022
				Fluxo de Pagamento	
Passivos financeiros (Circulante/Não Circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	1.412.805	720.958	1.771.551	16.684.491	20.589.805
Fornecedores	230.577	–	–	–	230.577
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.154.265	690.461	1.674.314	16.522.408	20.041.448
Concessões a Pagar	27.963	30.497	97.237	162.083	317.780

3.2. Gestão de riscos financeiros: A Companhia e sua controlada, em conformidade com a sua Instrução de Gestão Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz, assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos. Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia e por sua controlada são: **(i)** Risco de inflação - Consolidado: A Controlada está exposta ao risco da elevação da inflação, visto que os empréstimos e financiamentos estão atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada possui R$ 19.572.416 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, dos quais, R$ 13.729.867 relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores (nota explicativa nº 15.1) e R$ 5.842.549 em debêntures (nota explicativa nº 15.2), desconsiderando o custo de transação financeira de R$ 13.149. O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. - FNO não está contemplado no parágrafo acima, pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a. (nota explicativa nº 15.1 (b)). Adicionalmente, a Controlada assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (nota explicativa nº 20). A Controlada possui uma obrigação de longo de prazo relacionada a *waiver fee* de R$ 80.776 (nota explicativa nº 23), que é atualizada monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, adicionado a juros pré-fixados de 7% a.a.. Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos. **(ii)** Risco de crédito - Consolidado: Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia ou com sua controlada por insolvência. Visando gerenciar esse risco, a Controlada mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem "*ratings*" fornecidos por agências internacionais como "*Fitch Rating, Standard & Poor's*" e "*Moody's Investor*" e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros. Parte dos contratos de venda de energia da Controlada está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Controlada busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias. **(iii)** Risco de liquidez - Consolidado: A Companhia e sua controlada gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Conforme descrito na nota 1.7, a Companhia e sua controlada contam com suporte de seus acionistas caso exista necessidade de um evento de capitalização extraordinário, como ocorrido em junho de 2022 em que o acionista Furnas aportou R$ 1.5 bilhão (nota explicativa nº 26) na Companhia para fazer frente às suas necessidades de caixa para liquidação da Sentença Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A Controlada conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3). **(iv)** Risco hidrológico - Consolidado: A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e, consequentemente, baixas vazões, podem provocar uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* ("*Generation Scaling Factor*") para os geradores hidrelétricos. Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Controlada aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 06 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio. Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Controlada em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, realiza, quando necessário, compras de energia e/ou descontratações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre. **(v)** Análise de sensibilidade - Consolidado: Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Para o cenário provável, a Companhia e sua controlada consideraram, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2023, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 5,26% e (ii) CDI/SELIC 13,25%. Fontes: Relatório BACEN, Santander e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2022. Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Controlada fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2022	Índices estimados	Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	923.600	13,25%	1.045.977	1.015.383	984.789
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa 6)	172.637	13,25%	195.511	189.793	184.074
Total Ativo	1.096.237		1.241.488	1.205.176	1.168.863
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 15.2)(i)	(5.842.549)	5,26%	(6.149.867)	(6.226.697)	(6.303.526)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 15.1)(i)	(13.729.867)	5,26%	(14.452.058)	(14.632.606)	(14.813.154)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa 20)	(317.780)	5,26%	(334.495)	(338.674)	(342.853)
Provisões socioambientais - IPCA (nota explicativa 21)	(333.039)	5,26%	(350.557)	(354.936)	(359.316)
Outros contas a pagar - IPCA (Nota explicativa 23)	(80.776)	5,26%	(85.025)	(86.087)	(87.149)
Total do Passivo	(20.223.235)		(21.286.977)	(21.552.913)	(21.818.849)

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices.

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº 15.1(b)). **3.3. Gestão de risco de capital - Consolidado:** Ao administrar o seu capital, a Companhia e sua controlada tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **Indicador de Endividamento:**

		Controladora		Consolidado	
Descritivo	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Debêntures	15.2	–	–	5.840.063	5.746.772
Empréstimos	15.1	–	–	14.201.385	12.943.727
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(454)	(17)	(923.600)	(179.644)
Depósitos em garantia	6	–	–	(172.637)	(180.625)
Dívida líquida (A)		(454)	(17)	18.945.211	18.330.230
Total do patrimônio líquido		138.547	1.492.037	138.547	1.492.037
Total do capital (B)		138.093	1.492.020	19.083.758	19.822.267
Índice de Endividamento (C = A/B x 100)		-0,33%	0,00%	99,27%	92,47%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bancos conta movimento	1	17	3.017	349
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário (CDB) (i)	453	–	920.533	152.632
Operação Compromissada	–	–	50	26.663
	454	17	923.600	179.644

As aplicações financeiras no ano de 2022 tiveram um rendimento médio de 100,12% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária. (i) O aumento de caixa observado é correspondente à geração de caixa da operação, adicionado à adesão da medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill*) por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica conforme nota explicativa nº 15. **Prática contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

				Controladora		Consolidado	
Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA (*Fitch*)/Aa2 (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	–	11.801
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA (*Fitch*)	–	–	35.655	3.155
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA (*Fitch*)/AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	26.819	30.312
Haitong Banco de Inv. Do Brasil	CDB	CDI	BB (*S&P*)	–	–	73.282	12.165
Haitong Banco de Inv. Do Brasil	Compromissada	CDI	BB (*S&P*)	–	–	–	17.270
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA (*Fitch*)/AA (*Moody's*)/AA+ (*S&P*)	–	–	25.664	36.406
Banco Daycoval S.A.	Compromissada	CDI	AA (*Fitch*)/AA (*Moody's*)/AA+ (*S&P*)	–	–	–	3.513
Banco do Brasil S.A.	CDB	CDI	BB (*Fitch*)/Ba2(*Moody's*)/BB- (S&P)	453	–	453	–
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB (*Fitch*)/Ba2 (*Moody's*)/BB- (*S&P*)	–	–	50	2.910
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA (*Fitch*)/AA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	51.888	3.294
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	AAA (*Fitch*)/AAA (*Moody's*)	–	–	144.815	–
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	AAA (*Fitch*)/AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	216.125	–
Banco Santander S.A.	CDB	CDI	AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	199.061	–
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	AAA (*S&P*)/AA (*Moody's*)	–	–	10.950	–
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	AAA (*S&P*)/AA (*Moody's*)	–	–	–	6.483
Banco Safra	CDB	CDI	AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	27.022	27.521
Caixa Econômica Federal	CDB	CDI	AA (*Fitch*)/AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	108.799	14.290
Caixa Econômica Federal	Compromissada	CDI	AA (*Fitch*)/AAA (*Moody's*)/AAA (*S&P*)	–	–	–	10.175
Outros				1	17	3.017	349
				454	17	923.600	179.644

5. Contas a receber - consolidado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Consumidores - Fornecimento industrial (i)	9.239	13.474
Concessionárias - Suprimento convencional (ii)	464.995	403.745
	474.234	417.219

(i) Consumidores - Fornecimento industrial: referem-se a créditos existentes com consumidores de energia. (ii) Concessionárias - Suprimento convencional: referem-se a créditos existentes com revendedores de energia. **Prática contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *"impairment"*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "*impairment*" em 31 de dezembro 2022. Até a data destas demonstrações financeiras a Controlada não possui histórico de inadimplências ou expectativa de inadimplência futura tomando em consideração os aspectos anteriormente destacados, e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

6. Depósitos em garantia - consolidado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	123.243	125.711
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	12.080	19.297
Outras cauções (iii)	–	1.541
	135.323	146.549
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (iv)	23.453	21.418
Reserva de O&M (v)	13.861	12.658
	37.314	34.076
	172.637	180.625

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face: (i) Ao pagamento de juros da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 2/6 (dois sextos). O próximo pagamento de juros ocorrerá em 17 de abril de 2023; (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica); (iii) A carta de crédito emitida para pagamento de importação; (iv) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Até dez/22, a Controlada estava desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM, devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas. A partir de jan/23, a Controlada começa a compor o saldo equivalente ao BNDES FINEM, que será três vezes a última prestação vencida referente a serviço da dívida do financiamento do BNDES Original, composta m

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto, obtidos na própria Controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da MESA, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da MESA na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados segue todos os critérios de depreciação do ativo imobilizado da Controlada. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos encargos a ser amortizado totaliza R$ 595.593.

12. Imobilizado: A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2022 Valor líquido	31 de dezembro de 2021 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	2,76%	445.927	(84.780)	361.147	350.641
Reservatórios, barragens e adutoras	3,24%	8.980.584	(2.476.105)	6.504.480	6.636.729
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3,32%	4.768.759	(1.304.229)	3.464.530	3.604.372
Máquinas e equipamentos	4,17%	10.085.665	(2.916.376)	7.169.289	7.496.120
Veículos	14,29%	5.554	(3.925)	1.629	911
Móveis e utensílios	7,62%	6.062	(2.751)	3.312	2.851
Total do imobilizado em serviço		24.292.551	(6.788.165)	17.504.386	18.091.624
Imobilizado em curso					
Terrenos		5.913	–	5.913	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras		21.934	–	21.934	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.967	–	2.967	48
Máquinas e equipamentos		54.273	–	54.273	23.760
Veículos		1.485	–	1.485	1.488
Móveis e utensílios		511	–	511	1.051
Material em depósito		53.061	–	53.061	23.048
Outros		20.797	–	20.797	22.756
Total do imobilizado em curso		160.941	–	160.941	136.047
Total do imobilizado		**24.453.492**	**(6.788.165)**	**17.665.327**	**18.227.671**

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R$ 1.696 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.
Prática Contábil: Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo. A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período. Redução ao valor recuperável *("impairment"):* Aplicável as notas explicativas nº 12 "Imobilizado" e nº 13 "Intangível. " Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *"impairment"* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *"impairment"*, a Companhia e sua controlada calculam a soma dos fluxos de caixas operacionais estimados futuros, descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor, compara com o valor contábil do ativo. A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão, considerando a extensão da concessão em 04 anos e 05 meses (nota explicativa nº 1.1); (b) balanço energético com efeitos do *GSF*; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, com hedge estrutural nos períodos de 2024 a 2039, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Controlada na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia "Capital Asset Pricing Model (CAPM) ", conforme premissas do acionista controlador, Furnas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nos testes realizados, não foram identificados indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo. As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021 Valor Líquido	Adições	Reclassificação/ Transferência	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	31 de dezembro de 2022 Valor Líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	350.641	–	–	24.095 (b)	–	(13.589)	361.147
Reservatórios, barragens e adutoras	6.636.729	–	–	243.909 (a)	(56.658)	(319.501) (a)	6.504.479
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.604.372	–	–	221	(84)	(139.980)	3.464.529
Máquinas e equipamentos	7.496.120	–	(1.392)	10.241	(448)	(335.230)	7.169.291
Veículos	911	–	1.392	46	(262)	(458)	1.629
Móveis e utensílios	2.851	–	–	865	–	(404)	3.312
Total do imobilizado em serviço	18.091.624	–	–	279.377	(57.452)	(809.162)	17.504.387
Imobilizado em curso							
Terrenos	2.480	24.209 (b)	3.318	(24.095) (b)	–	–	5.912
Reservatórios, barragens e adutoras	61.416	244.490 (a)	(30.350)	(243.909) (a)	(9.713)	–	21.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	48	3.056	–	(137)	–	–	2.967
Máquinas e equipamentos	23.760	39.309	(29)	(8.767)	–	–	54.273
Veículos	1.488	1.416	–	(1.419)	–	–	1.485
Móveis e utensílios	1.051	510	–	(1.050)	–	–	511
Material em depósito	23.048	102	29.911	–	–	–	53.061
Outros	22.756	920	(2.879)	–	–	–	20.797
Total do imobilizado em curso	136.047	314.012	(29)	(279.377)	(9.713)	–	160.940
Total do imobilizado	**18.227.671**	**314.012**	**(29)**	**–**	**(67.165)**	**(809.162)**	**17.665.327**

O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada, que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R$ 1.696 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.
(a) Em dezembro de 2022, a Controlada registrou o montante de R$ 183.530 líquido de depreciação (R$ 243.909 custos e -R$ 60.379 depreciação) referente à conclusão do Procedimento Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA, tendo em vista que se trata de custos capitalizáveis nos termos das normas contábeis aplicáveis. Referidos custos incrementais incorreram durante a construção da UHE e, correspondem, principalmente, a aumentos de salários do pessoal atuante na construção, assim como da manutenção de equipe mínima para a execução de serviços imprescindíveis à construção da UHE. Com isso, é possível afirmar que tais dispêndios estão intrinsecamente relacionados à formação do ativo e, por isso, foram incorporados ao Ativo Imobilizado, atendendo à representação fidedigna do evento econômico.
(b) Em dezembro de 2022, a Controlada revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 21) totalizando um aumento de R$ 33.626, o qual foi registrado nas rubricas "Terrenos" em R$ 24.095 e no Intangível (nota explicativa nº 13), na rubrica "Licença de Operação" em R$ 9.531. As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020 Valor Líquido	Adições	Reclassificação/ Transferência	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	31 de dezembro de 2021 Valor Líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	366.115	–	–	5.576	(5.285)	(15.766)	350.640
Reservatórios, barragens e adutoras	6.933.357	–	–	–	–	(296.628)	6.636.729
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.764.573	1.903	–	–	(947)	(161.157)	3.604.372
Máquinas e equipamentos	7.856.936	–	–	–	–	(360.815)	7.496.121
Veículos	1.431	–	–	–	–	(520)	911
Móveis e utensílios	3.076	–	–	102	–	(327)	2.851
Total do imobilizado em serviço	18.925.488	1.903	–	5.678	(6.232)	(835.213)	18.091.624
Imobilizado em curso							
Terrenos	4.752	–	3.304	(5.576)	–	–	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	–	–	–	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	48	–	–	–	–	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	–	–	–	23.760
Veículos	1.392	96	–	–	–	–	1.488
Móveis e utensílios	551	602	–	(102)	–	–	1.051
Material em depósito	19.333	4.018	(303)	–	–	–	23.048
Outros	23.383	2.677	(3.304)	–	–	–	22.756
Total do imobilizado em curso	123.095	18.630	–	(5.678)	–	–	136.047
Total do imobilizado	**19.048.583**	**20.533**	**–**	**–**	**(6.232)**	**(835.213)**	**18.227.671**

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada, que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R$ 2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

13. Intangível - Consolidado: A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	31 de dezembro de 2022 Valor líquido	31 de dezembro de 2021 Valor líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(67.258)	132.081	137.406
Licença de Operação	18,34%	141.262	(41.297)	99.965	113.047
Direito de Concessão - *GSF* (i)	3,88%	906.436	(43.277)	863.159	881.781
Servidão permanente	3,07%	10.226	(2.331)	7.895	8.214
Software	20,54%	30.812	(30.487)	325	818
Total do intangível em serviço		1.288.075	(184.650)	1.103.425	1.141.266
Intangível em Curso					
Software		7.212	–	7.212	3.901
Total do intangível em curso		7.212	–	7.212	3.901
Total do intangível		**1.295.287**	**(184.650)**	**1.110.637**	**1.145.167**

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1). As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021 Valor Líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	31 de dezembro de 2022 Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	137.406	–	–	–	(5.325)	132.081
Licença de Operação	113.047	–	–	9.532 (a)	(22.614)	99.965
Direito de concessão - *GSF*	881.781	–	–	16.085	(34.707)	863.159
Servidão permanente	8.214	–	–	–	(319)	7.895
Software	818	–	–	39	(532)	325
Total do intangível em serviço	1.141.266	–	–	25.656	(63.497)	1.103.425
Intangível em Curso						
Licença de Operação	–	9.532 (a)	–	(9.532) (a)	–	–
Direito de Concessão - *GSF*	–	16.085	–	(16.085)	–	–
Software	3.901	3.321	29	(39)	–	7.212
Total do intangível em curso	3.901	28.938	29	(25.656)	–	7.212
Total do intangível	**1.145.167**	**28.938**	**29**	**–**	**(63.497)**	**1.110.637**

(a) Em dezembro de 2022, a Controlada revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 21) totalizando um aumento de R$ 33.626, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 12) na rubrica "Terrenos" em R$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R$ 9.532.
As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020 Valor Líquido	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	31 de dezembro de 2021 Valor Líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	143.524	–	–	(6.118)	137.406
Licença de Operação	112.078	19.652	–	(18.683)	113.047
Direito de Concessão - *GSF*	–	–	890.351	(8.570)	881.781
Servidão permanente	8.581	–	–	(367)	8.214
Software	1.864	–	–	(1.046)	818
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	890.351	(34.784)	1.141.266
Intangível em Curso					
Direito de Concessão - *GSF*	–	890.351	(890.351)	–	–
Software	1.858	2.043	–	–	3.901
Total do intangível em curso	1.858	892.394	(890.351)	–	3.901
Total do intangível	**267.905**	**912.046**	**–**	**(34.784)**	**1.145.167**

14. Fornecedores

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica (i)	–	–	92.156	71.311
Materiais e serviços	–	–	35.982	30.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	–	–	102.439	66.265
Fornecedores Estrangeiros	–	–	–	1.541
	–	–	230.577	169.250

(i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio. (ii) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Controlada, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (*GSF*). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Prática Contábil: A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE. **15. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado: 15.1. Empréstimos e financiamentos - Consolidado:** Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo circulante				
BNDES - Indireto	R$	TLP* + 4,7% a.a.	305.108	30.065
BNDES - Direto	R$	TLP* + 3,9% a.a.	300.504	40.608
Custos de transação a amortizar - BNDES	R$		(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R$	Juros de 10,0% a.a. (**)	50.350	46.048
			655.361	**116.120**
Passivo não circulante				
BNDES - Indireto (a)	R$	TLP* + 4,7% a.a.	6.769.731	6.352.063
BNDES - Direto (a)	R$	TLP* + 3,9% a.a.	6.354.524	6.006.444
Custos de transação a amortizar - BNDES (a)	R$		(10.062)	(10.663)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R$	Juros de 10,0% a.a. (**)	431.831	479.763
			13.546.024	12.827.607
			14.201.385	12.943.727

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a. (**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a. A Controlada, através do seu Controlador Indireto (Eletrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Controlada, visa uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. A Controlada estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de restruturação das dívidas de SAESA esteja concluído.
Movimentação de empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607
Encargos financeiros provisionados	459.624	1.312.873
Encargos financeiros pagos	(463.613)	–
Amortização de principal	(51.827)	–
Transferências (*)	595.057	(595.057)
Custos de transação	601	–
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.361	13.546.024

(*) Transferência para o circulante em atendimento ao *"cash Sweep"* (nota explicativa nº15.1 (i5)).

Em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	107.579	11.858.110
Encargos financeiros provisionados	1.065.858	1.023.979
Encargos financeiros pagos	(1.061.058)	–
Amortização de principal	(51.342)	–
Transferências	55.083	(55.083)
Custos de transação	601	–
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Direto e Indireto
Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	2023	2024	2025	2025	2026	Após 2028	Total
Principal e Encargos	13.703	65.553	144.216	222.879	222.879	12.455.025	13.124.255
	13.703	65.553	144.216	222.879	222.879	12.455.025	13.124.255

Esta composição não considera o custo de transação. (b) Banco da Amazônia S.A. - FNO: As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Controlada e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Controlada e dos seus acionistas, no valor total de R$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1). Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal e Encargos	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831

Esta composição não considera o custo de transação. Prática Contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(i) Condições:** Em dezembro de 2018, a Controlada renegociou (reperfilamento) sua dívida no montante de R$ 9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Haitong), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa. Essa renegociação teve como principais alterações: 1. Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040. 2. Carência de principal até dezembro de 2024, passando a ser amortizado a partir de janeiro de 2025. 3. Alteração dos indexadores da dívida: BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. BNDES Indireto (bancos repassadores) de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a. 4. Pagamentos graduais dos juros correspondentes aos percentuais da dívida, conforme segue:

dez-21 a jun-22	jul-22 a dez-23	jan-24 a dez-24	jan-25
0%	77%	89%	100%

5. O Contrato de financiamento prevê que no final de cada exercício, o excedente a R$ 378.000 (base dez/22) de caixa livre, seja repassado aos credores (BNDES, Bancos Repassadores e FI FGTS somente a partir de abr/24) para amortização dos financiamentos. Em setembro de 2021, o BNDES lançou uma medida emergencial para suspensão de pagamentos (*Standstill)* por até 07 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica. A Controlada aderiu ao programa de forma integral no dia 12 de dezembro de 2021, com o BNDES Direto e Indireto (Repasse) com a postergação de 07 parcelas de juros e principal. Tais parcelas foram capitalizadas (acrescidas) ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida. **(ii) Garantias:** Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias: a) Penhor da totalidade das ações da Controlada, de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Controlada, dando as mesmas para o BNDES por meio da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças. b) Cessão fiduciária entre a Controlada e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento. d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto. e) Fianças de Furnas, Eletrobras, Cemig e Companhia para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto. f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar. **(iii) Cláusulas restritivas:** A Controlada possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures (nota explicativa nº 15.2), os quais possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") financeiras e não financeiras. "*Covenants*" são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Controlada, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer "*covenants*", o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida ("*default*"). **Principais cláusulas:** a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida-ICSD mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos. b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures). c) Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures). d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, realizar distribuição de dividendos ou pagamento a acionistas. e) Constituir garantias de qualquer espécie com outros credores. f) Firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE. g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia e de sua Controlada, em montante individual ou agregado superior a R$ 20.000, salvo se for validamente comprovado pela Controlada que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que tal erro ou má-fé tenha sido comprovado pela Controlada dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo. h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente. i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador (aplicável apenas para o BNDES Repasse, FNO, 2ª e 3ª emissão de debêntures). j) Enviar relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre. k) Constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controlada. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Controlada cujo valor seja superior a R$ 100.000, a Controlada deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia. l) Ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Controlada que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Controlada, ou (iii) na capacidade da Controlada cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto. m) Alteração do controle acionário da Controlada e/ou de seus Intervenientes, sem a prévia e expressa anuência do BNDES, dos agentes financeiros do Repasse e FNO, excetuadas as transferências de ações de um Interveniente para sociedade sob controle comum desse Interveniente. n) Deixar de manter em vigor, válidas e eficazes as garantias descritas nos Contratos de Financiamentos, bem como deixar de reforçar, substituir, repor ou complementar quaisquer das referidas garantias, com outras garantias relativas ao Projeto, se tais garantias forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa. Conforme obrigação dos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures (nota explicativa nº 15.2), os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Controlada realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente. Indicadores financeiros não atendidos no exercício de 2022, com obtenção de "*waivers":* • Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures): *"waiver"* obtido em 31 de outubro de 2022 com vigência até o encerramento do exercício de 2022; • Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures): *"waiver"* obtido em 14 de dezembro de 2018 com vigência até o encerramento do exercício de 2028. Esses índices possuem apurações anuais e são apurados somente após a divulgação do resultado do exercício. Os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de "declarar o vencimento antecipado da dívida" em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Novonor Energia do Brasil S.A. ("NEB") e Odebrecht S.A. Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada, bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de "declarar o vencimento antecipado da dívida" para os próximos doze meses. Ademais, em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos "*waivers*" acima mencionados, a Controlada atendeu a todos os "*covenants*" exigidos, conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures. **15.2. Debêntures - Consolidado:** Composição:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	31 de dezembro de 2022 Total	31 de dezembro de 2021 Total
Passivo circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	115.425	30.417	(50)	145.792	(50)
2ª emissão (b)	Única	R$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	–	–	–	–	199.703
	1ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	–	–	–	–	134.261
3ª emissão (c)	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	208.220	146.228	(1.336)	353.112	207.444
				323.645	176.645	(1.386)	498.904	541.358
Passivo não circulante								
1ª emissão (a)	1ª	R$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	2.515.452	–	(355)	2.515.097	2.359.311
	2ª			809.346	1.743.169	(355)	2.552.160	2.262.859
3ª emissão (c)	2ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	166.280	108.012	(390)	273.902	583.244
				3.491.078	1.851.181	(1.100)	5.341.159	5.205.414
				3.814.723	2.027.826	(2.486)	5.840.063	5.746.772

Movimentação de debêntures: Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541.358	5.205.414
Encargos financeiros provisionados	254.320	459.142
Encargos financeiros pagos	(200.389)	–
Amortização	(421.970)	–
Transferência	324.830	(324.830)
Amortização de custos de transação	2.188	–
Transferências de custo de transação	(1.433)	1.433
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**498.904**	**5.341.159**

Em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	306.533	4.902.313
Encargos financeiros provisionados	216.642	699.322
Encargos financeiros pagos	(126.877)	–
Amortização	(253.776)	–
Transferência	398.410	(398.410)
Amortização de custos de transação	2.615	–
Transferências de custo de transação	(2.189)	2.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**541.358**	**5.205.414**

(a) Controlada - 1ª Emissão: Em setembro de 2012, a Controlada celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R$ 760.060 (R$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R$ 760.060 (R$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Companhia como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1). O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 15 (i) e (ii), exceto pelo subitem (e), cuja fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto. Em 1º de abril de 2022, a "*Fitch Ratings*" colocou em observação negativa os "*Ratings*" Nacionais de Longo Prazo 'BBB--(bra)' de emissões de debêntures da Controlada, que estavam em perspectiva estável. Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 15.1

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Prática Contábil: A Controlada recebeu adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos da energia contratada, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos. Não existe atualização monetária nos adiantamentos.

18. Encargos regulamentares - Consolidado

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Obrigações Relacionadas ao P&D (i)	49.030	48.022
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	14.007	16.547
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	2.890	2.417
Ministério de Minas e Energia	1.444	599
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	867	725
Taxa de Fiscalização	1.016	982
	69.254	69.292
Não circulante		
Obrigações Relacionadas ao P&D (i)	24.814	12.135
	24.814	12.135
	94.068	81.427

(i) Montante indica o saldo a pagar para realização dos projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Os montantes realizados são contabilizados em "Outros Ativos". Após encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao ativo (nota explicativa nº 09).

19. Cauções em garantia - Consolidado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Cauções retidos fornecedores	18.271	20.567
	18.271	20.567
Não Circulante		
Cauções retidos fornecedores	2.757	324
Cauções retidos fornecedores Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA	–	769.573
	2.757	769.897
	21.028	790.464

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Controlada uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita por meio da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos. O montante refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 21.028 (dezembro de 2021 - R$ 790.464, sendo R$ 769.573, vinculado à Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA, nota explicativa nº 1.6b). **20. Concessões a pagar - Consolidado:** Trata-se da obrigação, assumida pela Controlada no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida, a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$ 317.780 (dezembro de 2021 - R$ 304.895). Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº 13), em contrapartida do passivo. **20.1. Movimentação da concessão a pagar:** Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.234	278.661
Atualização - IPCA	–	36.196
Ajuste a valor presente	(73)	3.917
Pagamentos	(27.155)	–
Transferências	28.957	(28.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.963	289.817

Em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.842	257.352
Atualização - IPCA	–	25.001
Ajuste a valor presente	(60)	23.615
Pagamentos	(24.855)	–
Transferências	27.307	(27.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.234	278.661

20.2. Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2024	30.497
2025	31.604
2026	32.423
2027	33.210
2028	34.016
2029 a 2043	128.067
	289.817

21. Provisões socioambientais - Consolidado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Compensação ambiental (i)	14.504	20.123
Programas básicos ambientais (ii)	144.290	191.751
	158.794	211.874
Não circulante		
Compensação ambiental (i)	77.723	75.620
Programas básicos ambientais (ii)	96.522	216.764
	174.245	292.384
	333.039	504.258

(i) O saldo registrado em "Compensação ambiental", calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra e em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 92.227 (dezembro de 2021 - R$ 95.743). (ii) Nas rubricas "Programas básicos ambientais" estão registradas as estimativas da Administração em relação aos gastos socioambientais em cumprimento às condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA. Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como: • Programa de Monitoramento do Lençol Freático. • Programa de Monitoramento Sismológico. • Programa de Monitoramento Climatológico. • Programa de Conservação da Flora. • Programa de Conservação da Fauna. • Programa de Conservação da Ictiofauna. • Programa de Saúde Pública. • Programa de Remanejamento da População Atingida. • Programa de Apoio às Comunidades Indígenas. • Programa de Compensação Social. Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.751	216.764
Reavaliação da Provisão (iii)	(3.942)	37.568
Reclassificação para contingência (iv)	(28.661)	(86.656)
Atualização - IPCA	3.818	12.994
Realizações	(102.824)	–
Transferências	84.148	(84.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	144.290	96.522

(iii) Reavaliação da Provisão Socioambiental com contrapartida em Imobilizado (Terrenos) e Intangível (Licença de Operação), respectivamente notas explicativas nº 12 e 13, conforme prática contábil descrita na sequência. (iv) Para melhor apresentação, a Controlada reclassificou os processos socioambientais contingenciados que totalizam R$ 115.317, da rubrica de Provisões Socioambientais para a rubrica de Provisões para Contingências (nota explicativa nº 22). Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.467	204.620
Adições	14.368	–
Atualização monetária - IPCA	3.979	25.687
Realizações	(20.606)	–
Transferências	13.543	(13.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.751	216.764

Movimentação das Compensações Ambientais em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.123	75.620
Atualização - IPCAE	–	5.673
Pagamentos	(9.189)	–
Transferências	3.570	(3.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.504	77.723

Movimentação das Compensações Ambientais em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.339	70.939
Atualização monetária - IPCAE	–	11.465
Transferências	6.784	(6.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.123	75.620

Prática Contábil: O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, às quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados às Condicionantes foram estimados com base nos custos históricos e pesquisa de mercado. Tal estimativa foi submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de Negócios. A Controlada registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (Licença de Operação). Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza. A Controlada, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores afim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais. **22. Provisão para contingências:** A Administração da Companhia e de sua Controlada, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classificam esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **22.1. Perda provável -** são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia e sua Controlada fazem provisões e destacam em nota explicativa. Composição:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Cíveis (i)	754.670	754.670
	754.670	754.670
Não Circulante		
Cíveis (i)	198.724	26.369
Ambiental (ii)	–	16.568
Trabalhista	4.058	1.113
	202.782	44.050
	957.452	798.720

Movimentação:

	Ambiental (ii)	Trabalhista	Cíveis (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.568	1.113	781.039	798.720
Novos processos/complementos	–	7.736	72.155	79.891
Reclassificações - socioambientais [1]	–	–	115.317	115.317
Reversões	(17.860)	(2.161)	(4.647)	(24.668)
Baixa pagamento	–	(2.754)	(16.400)	(19.154)
Atualizações monetárias	1.292	124	5.930	7.346
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	4.058	953.394	957.452
	Ambiental	**Trabalhista**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.914	750	27.776	44.440
Circulante				
Novos processos/complementos (circulante)	–	–	754.670	754.670
Não Circulante				
Novos processos/complementos (circulante)	–	381	5.191	5.572
Reversões (circulante)	–	–	(6.783)	(6.783)
Baixa pagamento	–	(110)	–	(110)
Atualizações monetárias	654	92	185	931
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.568	1.113	781.039	798.720

(i) Cíveis: Trata-se, majoritariamente, de: (i) Ação Judicial de Anulação de Sentença Arbitral em face da decisão exarada no âmbito do Procedimento Arbitral CAM 115/18 que tramitou perante a Câmara de Arbitragem do Mercado no montante de R$ 754.670 (nota explicativa nº 1.6 a), (ii) ações movidas contra a Companhia por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do Rio Madeira e consequentes danos a imóveis, (iii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação intentada pela Companhia relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio, e (iv) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola. [(1)] Para melhor apresentação, a Companhia reclassificou os processos socioambientais contingenciados que totalizam R$ 115.317, da rubrica de Provisões Socioambientais (Nota explicativa nº 21) para a rubrica de Provisões para Contingências. **(ii) Administrativos ambientais:** Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 em desfavor da Controlada, decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO. **22.2. Perda possível -** são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia e sua Controlada não fazem provisão e destacam em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R$ 3.635.884, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia e sua Controlada, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Perdas possíveis	Ambiental (i)	Trabalhista (ii)	Tributárias (iii)	Cíveis (iv)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157
Novos processos/complementos	16.914	4.074	260.940	76.551	358.479
Reversões	–	(256)	(48.577)	(1.103.842)	(1.152.675)
Atualizações monetárias	3.794	10	55.518	226.601	285.923
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.970	4.613	949.297	2.632.004	3.635.884
	Ambiental (i)	**Trabalhista (ii)**	**Tributárias (iii)**	**Cíveis (iv)**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.498	2.578	938.572	4.016.214	5.008.862
Novos processos/complementos	–	–	106.205	311.366	417.571
Reversões	(23.268)	(1.894)	(374.745)	(1.147.963)	(1.547.870)
Atualizações monetárias	1.032	101	11.384	253.077	265.594
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.262	785	681.416	3.432.694	4.144.157

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes: **(i) Administrativos ambientais:** Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio. **(ii) Trabalhistas:** Diversas ações, nas quais a Controlada responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade. **(iii) Tributárias:** Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Controlada; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014. **(iv) Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, à indenização por suposta redução da quantidade de peixes no Rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e consequente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas. Em junho de 2022, houve êxito em alguns processos, ocasionando a reversão por mudança no prognóstico para remoto, ante o reconhecimento judicial de prescrição sobre o pleito de processo de pesca, tendo em vista se tratar de matéria de ordem pública. **22.3. Contingências por solidariedade:** Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia ou sua Controlada é parte, e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo. Em 31 de dezembro de 2022 as contingências por solidariedade com natureza cível, estimadas para a outra parte solidária, totalizam R$ 1.359.323. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental das empresas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação dos empreendimentos.

	31 de dezembro de 2022		
	Possível	Provável	Total
Cível	1.341.267	18.056	1.359.323

22.4 Ativo Contingente - Ação nº 1012415-85.2018.4.01.3400/DF - Excludente de Responsabilidade: Ao longo do período de construção da UHE Santo Antônio (controlada) foram deflagradas greves e manifestações que comprometeram o ritmo de obras. Os mencionados eventos foram reconhecidos pelo Judiciário como atos ilícitos, em demandas que tramitaram perante a Justiça do Trabalho. Como resultado das greves, a obra da UHE Santo Antônio sofreu um incontornável atraso de 107 (cento e sete) dias, o que impossibilitou o cumprimento da integralidade dos compromissos contratuais. Assim, à luz das cláusulas contratuais, a Controlada solicitou à ANEEL que tais eventos fossem qualificados como caso fortuito e/ou de força maior, a fim de caracterizar hipótese de exclusão de responsabilidade pelo atraso no cronograma de obras da usina, com os respectivos consectários em relação ao cumprimento de contratos regulados, aplicação de penalidades, recolhimento de encargos etc. Avaliando o tema, a Área Técnica da ANEEL recomendou o reconhecimento de excludente de responsabilidade e calculou o impacto de todos os movimentos "grevistas" no cronograma de implantação da UHE Santo Antônio em 84 (oitenta e quatro) dias e reconheceu como excludente de responsabilidade 56 (cinquenta e seis) dias. A Advocacia Geral da União, por sua vez, ao analisar os mesmos fatos, por meio da Procuradoria Federal na ANEEL, reconheceu que as paralisações extrapolaram a relação de emprego e suas manifestações (atos de vandalismo) deveriam ser consideradas, sob o ponto de vista jurídico, como excludentes de responsabilidade. No entanto, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu negar o pleito da Controlada, que por sua vez levou o tema para discussão de mérito no Judiciário. Desta forma, a Controlada teve seu pedido parcialmente deferido, em 1ª instância, para desoneração dos impactos em 56 (cinquenta e seis) dias de atraso no cronograma pactuado. Ato contínuo, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, por unanimidade, reforçou a excludente de responsabilidade com relação ao mesmo período. Por fim, no Superior Tribunal de Justiça, a sentença proferida em 1ª instância, reforçada por acórdão, vem se mantendo inalterada, restando pendente a interposição de Agravo em Recurso Especial pela ANEEL e eventual Agravo Interno. Por fim, a Controlada estima que o reconhecimento de 56 (cinquenta e seis) dias como excludente de responsabilidade implicaria no deslocamento da curva de atendimento aos contratos das distribuidoras pelo mesmo período, o que traria um benefício econômico estimado em R$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), considerando o volume total de energia verificado no período postergado, compreendido entre dezembro de 2012 a agosto de 2015, correspondente a 2.087 GWh. Em face de todo o exposto, considerando as decisões exaradas, o escritório que patrocina a causa classifica como remotas as chances de reversão do entendimento adotado e, consequentemente, como provável as chances de êxito da ação. Contudo, em atendimento às normas contábeis vigentes, referido processo não atingiu as condições necessárias ao registro do ativo, sendo divulgado apenas em nota explicativa. **22.5 Decisão do STF, referente matéria tributária transitada em julgado:** Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, nos termos do julgamento, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou e, desta forma, havendo alteração, a decisão anterior pode deixar de produzir efeitos. Tal precedente não traz consequências imediatas e relevantes para a Companhia e sua Controlada, dado que não se utilizou de decisão transitada em julgado para deixar de recolher tributos de forma continuada. **Prática Contábil:** As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência). Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Um ativo contingente é divulgado por meio de nota explicativa, quando, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos externos, for provável a entrada de benefícios econômicos.

23. Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante				
Odebrecht Energia do Brasil (i)	2.035	1.930	2.035	1.930
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (i)	2.189	2.075	2.189	2.075
Credores Diversos	–	–	8.135	5.110
	4.224	4.005	12.359	9.115
Não Circulante				
Credores Diversos	–	–	1.296	2.043
Waiver Fee (ii)	–	–	80.776	–
	–	–	82.072	2.043
	4.224	4.005	94.431	11.158

(i) Saldos de créditos que não foram integralizados no capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de agosto de 2018, os créditos são atualizados por IGP-M. (ii) *Waiver fee* devido à 1ª Emissão de debêntures da SAESA cujo único debenturista é o FI-FGTS, como condição autorizativa à renegociação (reperfilamento) dos empréstimos ocorrida em dez/2018 (nota explicativa nº 15.1 (i)). Referido *waiver* não alterou as condições das debêntures existentes (nota explicativa 15.2), sendo, portanto, reconhecido como "outras contas a pagar" contra o "resultado financeiro". A do *waiver fee* ter sido negociado e aprovado em dezembro de 2018, no processo de renegociação da dívida, o reconhecimento foi efetuado apenas em 2022 pelo Controlada, em conexão com a conclusão do processo de discussão dos termos da consolidação da escritura das debêntures no final do ano de 2022 e fará, em conjunto com o debenturista e agente fiduciário, a formalização em assembleia geral de debenturista no primeiro trimestre de 2023. Considerando a materialidade do montante, a Administração optou pelo reconhecimento no exercício atual.

24. Outras provisões - consolidado

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	–	168.032
Não Circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	–	492.017
	–	660.049

(i) Em 19 de agosto de 2021, a Controlada obteve êxito liminar em medida judicial perante o TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região), determinando que não fosse aplicado o período de transição da tarifa de uso do sistema de transmissão do setor elétrico ("TUST") até o esgotamento da fase administrativa na ANEEL. Neste sentido, no dia 24 de maio de 2022, foi julgado o processo administrativo que encerrou e afastou, de forma definitiva, a aplicação de um período de transição entre TUSTs. A decisão favorável faz com que a Controlada não precise desembolsar o valor da diferença entre as tarifas e já utilize a nova TUST estabelecida pela ANEEL a partir de julho de 2021. Com a decisão favorável, a Controlada reverteu a provisão em 2022; (ii) Nessa rubrica, estava registrada a provisão dos gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio, objeto da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA. Este montante foi totalmente liquidado por meio dos acordos realizados com as partes da Arbitragem (nota explicativa 1.6b), revertendo referida provisão em 2022. **Prática Contábil:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - Controladora:

Composição:	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Diferenças temporárias	202.502	210.663
Total	202.502	210.663

A Companhia estima que a realização do tributo diferido passivo se dará da seguinte maneira:

Passivo	Saldo Em 31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	Após 2025
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(202.502)	8.156	8.156	8.156	8.156	169.878
	(202.502)	8.156	8.156	8.156	8.156	169.878

Prática Contábil: O tributo diferido passivo da Controladora são referentes a diferenças temporárias contábil/fiscal decorrentes da capitalização de encargos financeiros, sendo apresentados em separado por pertencer exclusivamente a Companhia, "MESA". Estes, são realizados mediante a amortização contábil dos encargos financeiros capitalizados, calculada de acordo com o prazo da concessão.

26. Patrimônio líquido: Capital subscrito e integralizado: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social na Companhia no valor de até R$ 1.582.552, mediante a emissão de até 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,1240 centavos cada, a serem integralizadas em moeda corrente do País, para fins de integralização na Controlada ("SAE" ou "SAESA"), para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511 /ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6b). A integralização do capital foi realizada pelo acionista Furnas, em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R$ 681.374 e R$ 901.178, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 12.202.338 dividido em 24.796.536.323 ações ordinárias nominativas (R$ 10.619.786 dividido em 12.034.025.147 ações em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, cuja titularidade está distribuída pelos seguintes acionistas.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Quantidade ações	(%) participações	Quantidade ações	(%) participações
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.943.812.941	72,3642	5.181.301.765	43,0555
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	2.361.732.742	9,5244	2.361.732.742	19,6253
Novonor Energia do Brasil S.A.	2.196.411.452	8,8577	2.196.411.452	18,2517
SAAG Investimentos S.A.	1.267.444.947	5,1114	1.267.444.947	10,5322
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.027.134.241	4,1423	1.027.134.241	8,5353
	24.796.536.323	100,00	12.034.025.147	100,00

Prática Contábil: As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

27. Resultado por ação: A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo/lucro por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Prejuízo do exercício	(2.936.042)	(1.121.276)
Média ponderada do número de ações ordinárias	20.635.608.022	10.448.165.441

Prática Contábil: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (*IAS* 33) - Resultado por Ação.

28. Receita operacional líquida - Consolidado

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Fornecimento de energia à indústria	148.133	163.100
Suprimento de energia elétrica	4.466.177	4.031.613
	4.614.310	4.194.713
(–) Deduções da receita		
P & D	(40.205)	(30.926)
ICMS	(11.186)	(19.622)
PIS e COFINS	(425.789)	(386.196)
	(477.180)	(436.744)
Receita operacional líquida	4.137.130	3.757.969

Prática Contábil: Venda de energia elétrica: A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

29. Custos e despesas operacionais: 29.1. Custos do serviço de energia elétrica - Consolidado:

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022			2021		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Direito de Concessão - *GSF* (i)	–	–	–	890.351	–	890.351
Energia comprada para revenda (ii)	(933.398)	–	(933.398)	(1.148.969)	–	(1.148.969)
Encargos de uso e conexão (iii)	(658.262)	–	(658.262)	(1.079.551)	–	(1.079.551)
(–) Perda Arbitragem CCSA (iv)	(734.095)	–	(734.095)	–	–	–
Créditos de PIS e Cofins	162.339	10.241	172.580	191.685	9.090	200.775
Outros encargos	–	(116.640)	(116.640)	–	(108.311)	(108.311)
Pessoal	–	(76.032)	(76.032)	–	(75.104)	(75.104)
Material	–	(24.651)	(24.651)	–	(12.064)	(12.064)
Serviços de terceiros	–	(130.741)	(130.741)	–	(75.619)	(75.619)
Depreciação e amortização	–	(871.546)	(871.546)	–	(868.097)	(868.097)
Outros (v)	–	(77.639)	(77.639)	–	(15.082)	(15.082)
	(2.163.416)	(1.287.008)	(3.450.424)	(1.146.484)	(1.145.187)	(2.291.671)

(i) Ressarcimento de custo do *GSF- Generation Scaling Factor*, obtido por meio da repactuação prevista na Lei 14.052/2020; (ii) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Controlada, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (*GSF*). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A redução observada em 2022 é decorrente do *GSF* e PLD- Preço de Liquidação das Diferenças, menos agravado quando comparado com 2021; (iii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. A redução observada em 2022 é decorrente do estorno da provisão da Tust pela decisão favorável à Controlada no processo de afastamento do período de transição para aplicação de nova tarifa; (iv) Perda decorrente da Arbitragem CCI 21.511/ASM/JPA sobre os dispêndios reembolsáveis (notas explicativas nº 1.6b); (v) Outros custos decorrentes da sentença desfavorável Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA (nota explicativa nº 1.6b).

29.2. Despesas gerais e administrativas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Serviços de terceiros	(16)	(54)	(67.774)	(43.208)
Provisão para Contingências	–	–	(48.888)	1.593
Pessoal e administradores da entidade	–	–	(37.686)	(32.467)
Associações em Geral	–	–	(2.639)	(2.720)
Amortização e depreciação	–	–	(860)	(1.118)
Seguros	–	–	(600)	(487)
Aluguéis e arrendamentos	–	(22)	(633)	(1.186)
Tributos	–	–	(117)	(216)
Outras	–	–	(2.857)	(825)
	(16)	(76)	(162.054)	(80.634)

**30

continuação

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA

DIRETORIA

Daniel Faria Costa
Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Dimas Maintinguer
Diretor de Operações

Daiana Santos de Oliveira
Contadora - CRC: 1SP255699/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião iniciada em 10 de março e finalizada em 13 de março de 2023, com participação por videoconferência, pelo aplicativo da Microsoft Teams®, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e respectivo parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, por unanimidade, opinou favoravelmente para o encaminhamento e aprovação destes documentos pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 13 de março de 2023.

Conselheiros Fiscais: **Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior** **Fernando Passalio de Avelar** **Fábio Baccheretti Vitor** **Marcelo Sampaio da Cunha Filho (voto por escrito)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Madeira Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Madeira Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Madeira Energia S.A. e suas controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Madeira Energia S.A. e da Madeira Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2022, sem ressalvas e com a ênfase sobre o seguinte tema: Investigações legais - riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A806-E534-DB6C-68D0.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A806-E534-DB6C-68D0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A806-E534-DB6C-68D0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A806-E534-DB6C-68D0

Hash do Documento

8DED533F02C6C8C30AE8FDA51909E4CF746B0704D8BB6B74767885CA002C6748

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/03/2023 07:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Capivari, 13 de março de 2023.

Balanços Patrimoniais encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e Bancos		26.250	40.533
Aplicações Financeiras	2	22.120.653	19.867.272
Valores a Receber		42.033	42.315
		22.188.937	19.950.119
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo			
Valores a Receber		35.723	35.723
Valores a Receber - Copersucar	3	5.129.726	3.753.724
Depositos Judiciais	3	15.390.126	10.432.866
		20.555.575	14.222.314
Permanente			
Imobilizado			
Custo Corrigido	4	32.773.215	32.767.725
Depreciação Acumulada	4	(510.313)	(508.487)
		32.262.901	32.259.238
Total do Ativo		**75.007.414**	**66.431.671**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		26.406	25.318
Obrigações Trabalhistas/Sociais		58.076	52.477
Obrigações Fiscais		70.940	68.902
Provisão IR/Contribuição Social		382.886	361.775
		538.307	508.473
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Mútuo - Copersucar	5	6.249.250	6.249.250
Valores a Distribuir	3	5.129.726	3.753.724
Provisão IR/Contribuição Social	7	20.445.723	14.845.025
		31.824.699	24.847.999
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6	34.510.000	34.510.000
Lucros (Prejuízos) Acumulados		3.227.281	2.679.569
Reserva Legal		4.907.127	3.885.630
		42.644.408	41.075.199
Total do Passivo		**75.007.414**	**66.431.671**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**34.510.000**	**1.062.361**	**2.419.603**	**37.991.965**
Lucro líquido do exercício	-	14.445.232	-	14.445.232
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(13.599.713)	-	(13.599.713)
Constituição da reserva legal	-	(722.262)	722.262	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**34.510.000**	**1.185.618**	**3.141.865**	**38.837.483**
Lucro líquido do exercício	-	14.875.278	-	14.875.278
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(12.637.563)	-	(12.637.563)
Constituição da reserva legal	-	(743.764)	743.764	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34.510.000**	**2.679.568**	**3.885.630**	**41.075.199**
Lucro líquido do exercício	-	20.429.938	-	20.429.938
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(18.860.729)	-	(18.860.729)
Constituição da reserva legal	-	(1.021.497)	1.021.497	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.510.000**	**3.227.281**	**4.907.127**	**42.644.408**

Demonstração do Fluxo de Caixa exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Recebimentos de clientes	28.517.666	22.493.746
Pagamentos de fornecedores	(360.031)	(385.157)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e socias	(889.717)	(809.231)
Pagamentos de obrigações fiscais	(1.677.803)	(903.115)
Caixa gerado das atividades operacionais	**25.590.115**	**20.396.243**
Juros pagos	(1.921)	(1.981)
Depositos judiciais	(4.957.260)	(473.888)
Imposto de renda e CSLL. pagos	(1.371.990)	(1.147.831)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**19.258.945**	**18.772.541**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	-	-
Caixa gerado das atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(27.460.081)	(12.177.267)
Resgate de aplicações financeiras	27.047.584	6.033.871
Dividendos Pagos	(18.860.729)	(12.637.563)
Caixa líquido usado nas atividades financeiras	**(19.273.226)**	**(18.780.959)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(14.281)**	**(8.418)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	40.533	48.947
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**26.250**	**40.533**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Bruta		**31.421.783**	**25.030.504**
Deduções de Vendas		(2.522.897)	(2.114.563)
Receita Operacional Líquida		**28.898.886**	**22.915.941**
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro Bruto		**28.898.886**	**22.915.941**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(2.820.310)	(2.521.504)
Despesas Tributárias		(520.716)	(487.545)
Receitas Financeiras Líquidas		2.053.937	694.214
Lucro Operacional		**27.611.797**	**20.601.107**
Resultado Não Operacional		-	-
Lucro Líquido Antes IR. e C.S.I.		**27.611.797**	**20.601.107**
IR e Contribuição Social	7	(7.181.859)	(5.725.830)
Lucro Líquido Exercício		**20.429.938**	**14.875.278**
Quantidade de Ações do Capital Social		**87.500.000**	**87.500.000**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**233,48**	**170,00**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto operacional As operações da Empresa compreendem, basicamente, a locação ou arrendamento de imóveis próprios, cultivo da cana-de-açúcar. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. ***Resumo das principais práticas contábeis*** *a. Apuração do resultado* O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. *b. Ativo Circulante e não circulante* ▪ **Aplicações financeiras** *Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que, não supera o valor de mercado c. Permanente* ▪ **Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 4 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. *d. Passivo circulante e não circulante* São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. ▪ **Imposto de renda e contribuição social** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Ativo contingente** O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanos realizadas na década de 1980, resultando na emissão de precatórios. A Usina Açucareira Bom Retiro S/A como cooperada e com direito de parte da referida indenização, mediante cisão parcial realizada em 23/04/2006, caracterizou um direito à Cia. Agrícola Forti da indenização de 40% da parte da Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Em outubro de 2022, a Cooperativa realizou o levantamento da parcela do precatório expedido, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R$ 14.875.692,83, transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. A Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade. Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia da Cooperativa por se tratar de verba indenizatória, a administração da Companhia deliberou propor ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR. e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante a depósito judicial. **4. Imobilizado**

	Taxa de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	2022 Líquido	2021 Líquido
Benfeitorias Casas e Vila	4%	135.870	135.870	-	-
Residenciais	4%	318.970	318.970	-	-
Veículos	20%	37.175	37.175	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	115.637	18.297	97.340	93.675
Terrenos		32.165.563	-	32.165.563	32.165.563
		32.773.215	510.313	32.262.901	32.259.238

5. Mútuo - Copersucar Correspondem a operações de mútuo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **6. Patrimônio líquido** ***a. Capital social*** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

7. Imposto de renda e contribuição social A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	31.421.783	25.030,504
Alíquota fiscal combinada	22,86%	22,68%
Imposto de renda e contribuição social	7.181.859	5.725.830

A Diretoria

Joseli Forti - Diretor Presidente

Wanderley Forti - Diretor Vice-Presidente

Contador

Marco Antonio Pompermayer - CRC-SP 101.666/O-6

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – **Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 14 de março de 2023. ***A Diretoria***. (15, 16 e 17/03/2023)

Cia. Agricola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22/04/2023, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou as 9:30 em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari/SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 13/03/2023. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (15,16,17)

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 27 de abril de 2023 às 09:00h em 1ª convocação e às 10:00h em 2ª convocação na sede da empresa, à Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 47,6, Bairro Caldeira, Indaiatuba/SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) outros assuntos de interesse da Sociedade. Indaiatuba, 14 de março de 2023.

Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de fevereiro de 2023, às 14h30, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA: Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração de contratos entre partes relacionadas. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Conforme atribuição prevista no art. 6º, inciso (xxii), do Estatuto Social da Companhia, a cessão da posição contratual à Four Trilhos Administração e Participações S.A. ("Four") dos contratos de receitas acessórias firmados pela Companhia com a **(i)** SAMM - Sociedade Atividades em Multimídia Ltda. ("SAMM"), para implantação de rede de infraestrutura de telecomunicações mediante pagamento mensal; e **(ii)** Concessionária do Bloco Central S.A. ("Bloco Central") e Concessionária do Bloco Sul S.A ("Bloco Sul"), para a instalação de escritório para operação das atividades do Bloco Sul e Bloco Central no espaço fracionado do bloco B do Pátio Vila Sônia, tudo conforme termos e condições apresentadas nessa assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 28 de fevereiro de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; **(2) RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) MITSUI & CO.,LTD.**, por Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 100.161/23-6 em 09.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35 - NIRE Nº. 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de fevereiro de 2023, às 11h30, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA: Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a contratação com terceiro. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Conforme atribuição prevista no art. 6º, inciso (xi) do Estatuto Social da Companhia, a contratação, pela Companhia, da empresa Engetec Construções e Montagens S.A., para execução de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, visando a readequação da Estação Santo Amaro, Linha 5-Lilás, tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 28 de fevereiro de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; e **(2) RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz . Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 99.826/23-9 em 09.03.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35 - NIRE Nº. 35300514611 - Companhia Fechada

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 1º de março de 2023, às 10h30, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a retificação da verba global anual de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2022 aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022 ("AGO 29/04/2022"). **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram: **(i)** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Consignar que a verba global e anual para remuneração dos membros da Administração da Companhia aprovada na AGO 29/04/2022, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº. 268.518/22-1, excedeu o valor fixado em R$ 347.201,11 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e um reais e onze centavos) em razão dos encargos; e **(iii)** Diante do exposto no item (ii) acima, aprovar a nova verba global e anual para remuneração dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2022, no valor total de R$ 2.647.201,11 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e um reais e onze centavos), com a consequente retificação do valor disposto no item (vii) da referida AGO 29/04/2022. Ficam ratificadas e permanecem inalteradas as demais disposições constantes na AGO 29/04/2022 que não foram alteradas pela presente assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 1º de março de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; e **(2) RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas- Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil; Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 99.812/23-0 em 09.03.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO DENOMINADA RED JASPER PARTICIPAÇÕES S/A REALIZADA EM 1 DE AGOSTO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Ao 1 (um) dia do mês de agosto de 2019, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Barão de Itapetininga, nº 70/88, 10º andar, conjunto 1000, sala 2, Republica, CEP: 01042-000. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Acionistas fundadores da sociedade por ações de capital fechado denominada RED JASPER Participações S/A ("Companhia") representando a totalidade do capital social da Companhia subscrito nesta data, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas"; assim dispensada a convocação nos termos do parágrafo 4 do artigo 124 da Lei 6.404/76. **COMPOSIÇÃO DA MESA***:* Presidente: Guilherme de Souza Ribeiro, brasileiro, solteiro, empresário, com documento de identidade RG nº 48.360.122-6, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 394.162.228-52, com endereço profissional na Cidade de Araçariguama, Estado de São Paulo, sito à Rua do Imperador, 298 , CEP: 18147-000; e Secretária: Cleonice Quaresma dos Santos, solteira, brasileira, empresária, com documento de identidade RG n° 36.375.679-6, inscrita noCadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 315.805.565-15, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Brigadeiro Jordão, 724, CEP: 04210-000. **ORDEM DO DIA: (i)** Aprovar a constituição da Companhia; **(ii)** eleger os membros da Diretoria; e **(iii)** aprovar a redação do Estatuto Social da Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** Preliminarmente, os acionistas autorizam a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. Ato contínuo, após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade: **1.** Constituição da Companhia com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Barao de Itapetininga, nº 70/88, 10º andar, conjunto 1000, sala 2, Republica, CEP: 01042-000, com capital social de R$ 900,00 (Novecentos Reais) dividido em 900 (novecentas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço da emissão de R$1,00 (um real) cada uma, de acordo com os boletins de subscrição anexos.O capital integralizado será de R$ 100,00(cem reais), em moeda corrente nacional**. 2.** O objetivo social da Companhia consiste: na atividade de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; loteamento de imóveis próprios, bem como a incorporação imobiliária só em imóveis próprios, a compra, venda, permuta e locação de imóveis próprios; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; eprestação de serviços administrativos à empresas. **3.** São eleitos, para um mandato de 2 (dois) anos, como diretores da Companhia os Srs. Guilherme de Souza Ribeiro e Cleonice Quaresma dos Santos, acima qualificados, as quais declaram não estarem impedidas de administrar a Companhia por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. As Diretoras ora eleitas ficam dispensadas de prestar garantia para o desempenho de suas atividades. **4.** A remuneração global da Diretoria para o exercício social em vigor é fixada em R$ 900,00 (Novecentos Reais), a serem divididos entre ambos. **5.** Aprovação do estatuto Social da Companhia, o qual vigorará com a redação nos termos do anexo ao presente**. 6. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS:** Nada mais havendo a tratar, e inexistindo qualquer outra manifestação, forma suspensos os trabalhos para lavratura desta Ata que, lida conferida e aprovada, sem restrições ou ressalvas, segue assinada por todos. PRESIDENTE: Guilherme de Souza Ribeiro; SECRETÁRIA: Cleonice Quaresma dos Santos. ACIONISTAS: Guilherme de Souza Ribeiro; Cleonice Quaresma de Souza.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 15 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia **04 de abril de 2023, às 10:30 horas**, presencialmente, na sede social da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia: (i)** aprovar a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R$ 22.251.797,77 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), sendo o montante líquido equivalente a R$ 18.914.028,10 (dezoito milhões, novecentos e catorze mil e vinte e oito reais e dez centavos), referentes ao exercício social de 2023, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; **(ii)** alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** *(i)* o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sociedade a Ser Constituída*, celebrado na presente data pela Companhia, com a interveniência e anuência das acionistas Robferma Administração e Participações Ltda. e MJP - Administração e Participações Ltda. ("Protocolo"); *(ii)* a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil na data-base de 31 de dezembro de 2022 ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; *(iv)* a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); *(v)* a alteração do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial, *(vi)* a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; *(vii)* a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; *(viii)* a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a alteração do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br,** de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos.

Embu-Guaçu, 11 de março de 2023

Paula Melo Suzana Gomes

Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 70FB-1D03-D302-7D77.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 70FB-1D03-D302-7D77.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/70FB-1D03-D302-7D77 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 70FB-1D03-D302-7D77

Hash do Documento

17C95476D84707DBB81E59C1BEF0A28F63A67702AB900495D56D0941A4E487EF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/03/2023 07:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00